

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO**

**SÉRGIO HENRIQUE DIAS WEILER**

**ELEITORES MAIS ESCOLARIZADOS ELEGEM MELHORES  
REPRESENTANTES?**

**BRASÍLIA**

**2022**

**SÉRGIO HENRIQUE DIAS WEILER**

**ELEITORES MAIS ESCOLARIZADOS ELEGEM MELHORES  
REPRESENTANTES?**

Dissertação apresentada à Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de mestre em políticas públicas e governo.

Área de concentração: Políticas Públicas e Governo

Orientadora: Prof. Dra. Tássia de Souza Cruz.

**BRASÍLIA**

**2022**

Weiler, Sérgio Henrique Dias.

Eleitores mais escolarizados elegem melhores representantes? / Sérgio Henrique Dias Weiler. - 2021.

64 f.

Orientador: Tássia de Souza Cruz.

Dissertação (mestrado MPPG) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Políticas Públicas e Governo.

1. Políticas públicas - Brasil. 2. Educação. 3. Democracia. 4. Eleições - Brasil. 5. Participação política. I. Cruz, Tássia de Souza. II. Dissertação (mestrado MPPG) – Escola de Políticas Públicas e Governo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 324(81)

**SÉRGIO HENRIQUE DIAS WEILER**

**ELEITORES MAIS ESCOLARIZADOS ELEGEM MELHORES  
REPRESENTANTES?**

Dissertação apresentada à Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de mestre em políticas públicas e governo.

Área de concentração: Políticas Públicas e Governo

Data da aprovação: 3/3/2022

Banca examinadora:

---

Prof. Dra. Tássia de Souza Cruz (Orientadora)  
FGV-EPPG

---

Prof. Dra. Graziella Guiotti Testa  
FGV-EPPG

---

Prof. Dr. Raphael Bruce  
Insper

## DEDICATÓRIA

*Dedico este prosaico trabalho a todos aqueles que se empenham, sob condições nem sempre propícias, para mitigar a mácula da ignorância em nosso varonil e belo país.*

## AGRADECIMENTOS

A aquisição de tamanha graça com o arremate deste trabalho não seria possível sem o intrépido auxílio de alguns paladinos furtivos que, afortunadamente para mim, fizeram parte do meu círculo próximo durante a sua confecção.

Primeiramente, agradeço a Deus e à minha família. Tal dádiva não seria possível sem a Vossa clemência e a Vossa vontade. Da mesma maneira, reconheço minha família pelo suporte incondicional e ubíquo em todos os momentos, mesmo quando a minha paciência e o meu tempo foram escassos nesses últimos dois anos. Sem vós, eu nada seria.

Em seguida, sou deveras grato pela minha orientadora Dra. Tássia Cruz. Por todos os momentos em que tudo parecia perdido e ela me agraciava com sua voz serena e peremptória. Obrigado por não desistir de mim.

Da mesma forma, devo gratidão ao coordenador do curso, Dr. Benjamin Miranda Tabak. Pelo acompanhamento acadêmico incessante e pelo interesse sincero no sucesso dos seus discentes. Muito obrigado.

Agradeço, outrossim, aos meus amigos de trabalho, Thiago Alcântara e Murilo Quaresma vosso apoio foi o baluarte que tornou esta quimera possível. Não haveria tese ou mesmo mestrado sem o suporte que me proveram durante estes penosos dois anos de curso. Serei eternamente grato pela vossa amizade.

Aos colegas Deputado Israel Batista, Antonio “Toninho” Augusto e Lílian Zorzetti. Pelo companheirismo, amizade e assistência na aquisição bruta do conhecimento ao longo do mestrado. A troca de informações com tão brilhantes indivíduos como vós foi fator vital para a minha formação. Espero ter contribuído de alguma forma com o vosso crescimento da mesma forma como assistiram ao meu.

E, além do mais, à inestimável amizade dos amigos Sérgio Dantas e Marcelo Volkart. Foram durante colóquios desinteressados ou argumentações profundas que emergiram várias das abstrações desses últimos dois anos. Fostes a égide de juízo perante os vislumbres de insanidade.

Agradeço, por fim, a todos aqueles que de alguma forma foram importantes para consecução deste e para minha formação acadêmica e como pessoa.

*Se uma nação anseia ser ignorante e livre...  
ela anseia algo que nunca aconteceu e nunca  
acontecerá.*

*- Thomas Jefferson*

## RESUMO

A educação incessantemente entregou uma miríade de melhorias para a humanidade ao longo do tempo. Não obstante, no Brasil, tais promessas ainda não acompanharam os recentes avanços significativos no sistema educacional. A economia está estagnada e a desigualdade está crescendo. A motivação deste estudo é encontrar a possibilidade de alguma esperança de que a educação poderia promover melhor qualidade na política e, como consequência, melhores políticas públicas no futuro. De fato, a eleição de melhores políticos deveria engendrar melhores instituições e promover a possibilidade de crescimento para o país. Através da mensuração de algumas características chaves de senadores no Brasil de 2011 a 2020 esta tese procurou alguma correlação positiva entre maior escolaridade e melhor comportamento político, o que deveria ter como consequência melhores políticas públicas para o país. Um dos maiores desafios foi definir atributos de qualidade entre senadores, pois haveria a possibilidade de produzirem vieses não intencionais. Este documento procurou resolver o problema através da busca de apanágios mais neutros como absenteísmo e a quantidade de processos judiciais. Ao final, foram encontradas algumas correlações entre maiores notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para o Ensino Médio e o número de processos para os senadores em geral. Melhores taxas de escolaridade não foram significativamente correlacionadas (em termos estatísticos) com quaisquer outras características dos senadores. Os resultados em relação à educação do ensino médio nos estados não corroboram com outros trabalhos acadêmicos publicados, sobretudo Martinez-Bravo, que mostra que uma melhor educação se traduz em políticos mais qualificados.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Educação. Democracia. Eleições. Representação.



## ABSTRACT

Education has relentlessly delivered myriad improvements to mankind through time. Nevertheless, in Brazil those promises have yet to be fulfilled by the recent advances in the educational system. The economy has stalled, and inequality is rising. The motivation of this study is to find out if there is some hope that education would indeed provide better politics and, as a consequence, better public policies in the future. In fact, elections of better politicians should engender better institutions and enhance the possibility of growth for the country. By measuring some key features of the senators in Brazil from 2011 to 2020, this thesis searched if there is a positive correlation between better education and better politicians' behavior, which should translate into better public policies for the country. One of the greatest endeavors was to define quality among senators since it may lead to unintentional ideological bias. This document tried to solve it by settling to more neutral attributes such as absenteeism and lawsuit. It was found some positive correlations between higher grades for the Ideb High School index and the amount of court lawsuits. Better education results were not significantly related (in statistical terms) with other attributes of the senators. The result regarding high school education quality does not corroborate with other papers, especially Martinez-Bravo, that show that better education translates into more qualified politicians.

**Keywords:** Public policies. Education. Democracy. Elections. Representation.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1: Descrição das variáveis .....</b>	<b>44</b>
<b>Tabela 2: Análise Descritiva .....</b>	<b>45</b>
<b>Tabela 3: Regressão de Processos Ln .....</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 4: Regressão de Faltas Totais Ln.....</b>	<b>55</b>
<b>Tabela 5: Regressão de Faltas Injustificadas Ln .....</b>	<b>56</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Enem.....	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb .....	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM.....	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Inaf.....	Índice Nacional de Alfabetismo Funcional
ONU.....	Organização das Nações Unidas
Pisa.....	Programme for International Student Assessment
Pnad .....	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Saeb .....	Sistema de Avaliação da Educação Básica

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	14
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
1.2. O PROBLEMA .....	16
1.3. OBJETIVOS .....	17
1.4. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	19
1.5. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	20
2. REVISÃO DE LITERATURA .....	23
2.1. ESCOLARIDADE E VOTAÇÃO.....	23
2.2. QUALIDADE DOS REPRESENTANTES POLÍTICOS .....	26
2.3. ESCOLARIDADE E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	28
2.4. APANÁGIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA RELACIONADAS À EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	32
3. METODOLOGIA .....	37
3.1. FONTE DOS DADOS.....	37
3.1.1. Índices Estatísticos Estaduais .....	37
3.1.2. Índices de Educação nos Estados .....	39
3.1.3. Índices de Qualidade dos Senadores .....	41
3.1.4. Tabela com Resumo dos Dados.....	44
3.2. ANÁLISE DESCRITIVA.....	45
3.3. ESTIMAÇÕES .....	50
3.3.1. Regressão Linear Simples .....	51
3.3.2. Tabelas.....	52
4. RESULTADOS .....	58
4.1. A EDUCAÇÃO DOS CIDADÃOS E A FICHA LIMPA DOS PARLAMENTARES .....	58
4.2. A EDUCAÇÃO DOS CIDADÃOS E O ABSENTEÍSMO PARLAMENTAR .....	60

5.	CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	61
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	64
1	APÊNDICE A – Glossário da Base de Dados .....	66

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Há um discurso geral autóctone sobre a necessidade peremptória de investimentos e priorização deveras da educação para desenvolvimento de variadas facetas do país, sobretudo das áreas econômicas e sociais. Ainda que se possa discutir a qualidade e a veracidade das intenções dos políticos e burocratas envolvidos, a realidade é que desde meados do século passado, são notórios tanto o discurso nacional de priorização do tema como, infelizmente, a defasagem nacional na seara educacional em relação aos países desenvolvidos. Este atraso seria o responsável por diversas máculas famigeradas brasileiras, como por exemplo, desigualdades sociais, criminalidade, meio ambiente, estagnação econômica, baixa participação política, entre outros (Filho e Kirschbaum apud ARRETCHE, 2015, p. 118).

Não obstante, a temática avança paulatinamente no Brasil, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988, cuja educação é um dos pilares. Para acompanhar as melhorias quantitativas e qualitativas da educação, índices governamentais e particulares foram criados e demonstram que há realmente uma ligeira melhora na formação de crianças, jovens e adultos. Os principais índices são o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Censo Escolar da Educação Básica, Censo do Ensino Superior, o Programme for International Student Assessment (Pisa), além de dados coletados pelos tradicionais métodos do Censo Nacional e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), ambos realizados periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todos apontam para aumento quantitativo evidente na abundância de anos de estudo da população brasileira, sobretudo entre crianças, faixa etária em que a educação se tornou praticamente universal, e jovens. A qualidade da educação, porém, nem sempre avança proporcionalmente. Um dos índices que afigura a capacidade de letramento e numeramento da população entre 15 e 64 anos de idade – o Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf) – demonstra estagnação nas últimas décadas entre a quantidade de brasileiros que adquire nível pleno de alfabetismo, mesmo com maior acessibilidade escolar e acréscimo no número médio de anos de estudos (RIBEIRO, 2015).

Neste mesmo contexto, encontra-se a veleidade de consolidação da democracia brasileira. Após

mais de duas décadas de domínio da ditadura militar no país, que obliterou a participação política da população, o movimento “Diretas Já” culminou no retorno das eleições diretas e a emersão de uma miríade de possibilidades de inclusão popular na construção de instituições e deliberações governamentais do país. Os questionamentos pairam, todavia, se há de fato um arcabouço de cidadania no seio da população que seja capaz de sustentar um estado democrático efetivo (CAMPOS, 1990). Alguns apanágios brasileiros divergem dos arquétipos encontrados em democracias estabelecidas há mais tempo. Entre eles, a capacidade de compreensão e entendimento do contexto político e institucional em que o grupo de cidadãos se encontra e a competência de buscar formas otimizadas de resolução dos problemas visando a um futuro próspero para todos. Assim como a capacidade de reunir-se em associação para defesa dos direitos coletivos e mitigação dos poderes econômicos e políticos de uma minoria que os concentra e que os mantém para si há longa data. Muitos dos requisitos do *accountability* proposto nas democracias desenvolvidas não são observados na sociedade brasileira por dois motivos: vontade de manutenção das benesses por uma oligarquia dominante e ausência de capacidade de embate do restante da população, que desconhece seu potencial político via associações coletivas (CAMPOS, 1990). A consequência desses fatores são instituições lânguidas e um regime político instável, como também apresenta Glaeser em seu trabalho, que demonstra a correlação próxima entre democracias e educação (GLAESER; PONZETTO; SHLEIFER, 2007).

Ademais, a capacidade de equidade para todos os brasileiros requer a inclusão de toda a pluralidade de indivíduos em igualdade de condições no bojo da democracia. Ao longo da história, as desigualdades de condições permitiriam que pequenas oligarquias obtivessem o controle da máquina pública e a manipulassem ao seu bel prazer, um sistema retroalimentado desde as capitâneas hereditárias e exacerbado pelo modelo escravista e de colonização de exploração, focado para o mercado externo. Segundo Souza (2018), “*O ponto central é que, em condições normais, o arranjo institucional de uma sociedade reflete e sobretudo molda os conflitos distributivos, e a combinação de recursos econômicos e organização política é fiadora da persistência da concentração no topo.*” Ou seja, o resultado das desigualdades do país é um reflexo do seu passado e atualidade de exclusão e, pior, engendra uma sombra nefasta sobre o futuro.

Destarte, há uma realidade sistêmica que tem como consequência a formulação dos alicerces que engendram entraves capazes de impedir o pleno desenvolvimento de uma sociedade melhor no Brasil. Uma das esperanças é que o progresso contínuo da educação seja capaz de engendrar

uma força motriz que promova a justiça social e a equidade para todos e que seja capaz de recomeçar a remodelar um novo futuro para o país.

## 1.2. O PROBLEMA

A capacidade da educação de afetar a vida particular do cidadão e possibilitar ganhos profissionais, econômicos e sociais é perceptível para todos que tiveram a oportunidade de passar os degraus paulatinos da vida acadêmica desde os níveis básicos até os mais avançados. A educação é capaz de impactar em atributos singulares e coletivos como o mercado de trabalho, fertilidade, criminalidade, meio ambiente, entre vários outros (Filho e Kirschbaum, 2015 apud ARRETICHE, 2015). Não obstante, os impactos da educação no engajamento político de uma população e na melhoria das instituições ainda são temas controversos. Vários estudos tiveram a veleidade, ao longo dos anos, de perscrutar modelos teóricos que explicassem a relação da educação tradicional com diversos acontecimentos no bojo da sociedade: desde a participação nos sufrágios, passando pelas consolidações das democracias, até a eficiência de políticas públicas e o conhecimento geral sobre política (ACEMOGLU et al., 2005; CAMPANTE; CHOR, 2012; DEE, 2004; FRIEDMAN et al., 2011; GLAESER; PONZETTO; SHLEIFER, 2007; LARREGUY; MARSHALL, 2017; LIPSET, 1959; MARTINEZ-BRAVO, 2017; MILLIGAN; MORETTI; OREOPOULOS, 2004). Os resultados dependem do contexto em que estão inseridos e destacam-se pela complexidade dos resultados analisados. Esta vertente expõe a primeira parte do dilema.

O segundo dilema compreende o valor da educação no Brasil. Como instrumento de mitigação das iniquidades econômicas, a educação tem deixado a desejar. Souza (2018) demonstra em seus estudos sobre os dados do Imposto de Renda Sobre a Pessoa Física, ao longo dos séculos XX e XXI que a concentração de renda no país, ainda que ele aceite a existência de flutuações da concentração ao longo do período, mantém-se relativamente estável ao longo dos 90 anos de estudo. Tal demonstração significa afirmar que os ganhos educacionais citados por Marta Arretche (2015), ainda que expressivos, foram incapazes de alterar a realidade lúgubre da desigualdade de renda do país. Ora, como a melhoria das oportunidades individuais foram incapazes de alterar o cotidiano financeiro das famílias menos afortunadas até hoje, pode se engendrar a hipótese de que, em longo prazo, a melhoria do nível educacional global gere outros tipos de externalidades positivas para a sociedade como, i.e., ser capaz de eleger políticos eficientes e que proponham políticas públicas e instituições mais justas socialmente para o



futuro. A ideia de que uma melhor educação leva a melhores políticos é proposta, por exemplo, por Martinez-Bravo (2017) ao notar que após um choque educacional na década de 1970, houve uma acentuada melhoria na eficiência das políticas públicas propostas em cidades da Indonésia. Ademais, Besley et al. (2005) notaram uma diminuição notável na corrupção na Índia, proporcional ao maior nível de escolaridade dos políticos. Há a inexorável necessidade de melhoria dos quadros de profissionais da política para ensejar um ciclo vicioso de desenvolvimento do país. Assim, um povo mais educado seria capaz de eleger melhores governantes e legisladores que, por sua vez, proveriam melhores condições para a capacitação geral da população.

A hipótese de que a educação teria melhorado a capacidade de escolha dos governantes poderia ser corroborada pela análise de apanágios específicos de determinados políticos, comparados com os seus pares. A partir de uma entidade composta por membros mais eficientes e consolidados com os anseios populares, seríamos capazes de locupletar a sociedade brasileira e prover esperança de dias melhores no futuro.

### **1.3. OBJETIVOS**

O objetivo deste trabalho é perscrutar a capacidade de eleitores residentes nos diversos estados brasileiros de eleger representantes mais qualificados para o cargo proposto em seu estado tendo em vista o nível do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica singular e a qualidade do comportamento rotineiro dos políticos em itens como assiduidade e idoneidade, além de procurar evidências de padrões inesperados na comparação com alguns índices eleitorais específicos de cada sufrágio.

Para suceder tal intento, serão realizadas regressões específicas que correlacionem as notas do supracitado com algumas características definidas, tais como probidade, assiduidade e transparência, dos senadores eleitos por cada estado brasileiro, nas eleições nacionais de 2010, 2014 e 2018.

Há uma dificuldade intrínseca em se quantificar a qualidade como um padrão objetivo e diretamente quantitativo para avaliação dos representantes políticos. Miranda (2015) cita a veleidade de diversos rankings políticos existentes no Brasil em escalonar a participação qualitativa dos parlamentares de forma a eleger os melhores de cada ano e legislatura. Alguns desses rankings possuem cunho ideológico, o que está desassociado deste trabalho acadêmico,

como, por exemplo, o Ranking dos Políticos, que afirma “*Não somos isentos e temos posicionamento sobre as nossas bandeiras: anticorrupção, antiprivilégios e antidesperdício.*” (POLÍTICOS, 2020). Houve a preocupação neste trabalho de eleger itens variados com vertentes políticas neutras. Não cabe a este trabalho julgar a ideologia partidária e não é essa a qualidade que se deseja obter. Assim, o primeiro critério será a assiduidade do parlamentar durante as sessões legislativas. A presença do legislador nas sessões para debates e votações revela que o eleitor está sendo representado nos temas em voga no Senado. A probidade demonstra a relevância que a justiça tem para o parlamentar. A Lei da Ficha Limpa foi um avanço manifesto em solapar da política bandidos de longa data, mas não é o bastante. É importante que a conduta dos parlamentares seja condizente com o mais alto baluarte da política nacional. E, por fim, a transparência é a divulgação perene dos atos do parlamentar, como a sua agenda, por exemplo, em algum canal próprio ou via terceiros.

Outrossim, há outros objetivos secundários que podem florescer com o progresso deste trabalho acadêmico. Com a análise comparativa entre as referências particulares escolhidas de cada senador, existe a condição de se avaliar a qualidade dos seus representantes ao longo das três eleições. Foram eleitos 54 senadores na eleição de 2010, dois por estado e Distrito Federal, 27 senadores diferentes em 2014, um por estado e Distrito Federal, e 54 senadores em 2018 com a possibilidade de reeleição de alguns candidatos de 2010, novamente dois por estado e Distrito Federal. Os dados apresentados poderão servir de base para uma pequena amostra sobre a evolução da qualidade dos senadores na última década.

Ademais, a inclusão do componente “porcentagem de votos válidos” poderá estabelecer relativa comparação com o trabalho de Milligan et al. (2004) sobre a influência do fator educação em relação ao número de eleitores que efetivamente estiveram presentes nas urnas. Por lógica, a comparação é mais difícil com os Estados Unidos, cujo voto não é obrigatório na grande maioria dos estados. No Reino Unido, apesar do voto não ser obrigatório, o registro é. Segundo Milligan et al. isso gera um estímulo maior para votação do que nos Estados Unidos. Esta característica pode gerar uma comparação com maior veracidade entre os casos brasileiro e inglês sobre a influência da escolaridade no comparecimento às urnas.

Por fim, a análise individual da correlação entre a educação e os apanágios singulares dos senadores pode mostrar tendências nacionais para desenvolvimento da política autóctone em longo prazo. Como supracitado, esta análise é mister para melhoria do quadro político brasileiro e, como consequência, das instituições e da vida em geral dos cidadãos do país.

#### 1.4. DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente trabalho visa a perscrutar a hipótese de pessoas com mais escolaridade elegerem melhores representantes. As restrições intrínsecas a tal objetivo são consequências de a capacidade do autor arregimentar dados, a capacidade de tempo e orçamento disponível para a tarefa e, claro, a definição dos objetivos do trabalho, conforme supracitado.

A primeira baliza deste é o território nacional brasileiro. Por ser um trabalho específico que perscruta uma linha determinada de evolução democrática de um país, foi necessário o recorte geográfico do Brasil. Ademais, acrescentaria uma variável incomensurável caso fosse necessário administrar dados que se referissem a legislações locais diferentes. A eleição para senador possui regras uniformes para todos os estados da federação e para o Distrito Federal. O que difere, por exemplo, dos Estados Unidos, onde cada estado tem liberdade para decidir a melhor forma de eleger seu representante.

Outra variável importante do estudo foi a definição do político a ser estudado. As opções mais plausíveis são prefeitos, governadores, vereadores, deputados estaduais ou federais e senadores. Para efeito de amostra, os vereadores seriam o grupo mais numeroso, com cerca de cinquenta mil, seguido dos prefeitos, com cerca de cinco mil, o que seria interessante para a validação dos resultados. Todavia, existe o empecilho de que não há índices de qualidade uniformes para todos eles. Ou seja, enquanto alguns municípios maiores possuem *big data* sobre dados de probidade, assiduidade, coerência e transparência dos seus, outros ficam aquém, o que resultaria em um trabalho hercúleo de catalogar e extrair todos os dados necessários, dentro das peculiaridades estaduais, para a execução deste. A possibilidade foi declinada por premissa de tempo e de orçamento. Tal barreira também é um impedimento para os deputados estaduais e governadores, ausentes de indicadores de qualidades padronizados para todo o país. Sobraram, assim, deputados federais e senadores. Todos os estados do Brasil e o Distrito Federal possuem três senadores, num total de 81. Os deputados federais, por sua vez, variam entre oito, mínimo para estados menores, e setenta, para o maior estado, São Paulo, somando um total de 513. Ao final, foram escolhidos os senadores por ser uma amostra considerável e capaz de vislumbrar respostas à pergunta de pesquisa.

A delimitação temporal instiga a coleta e unificação dos dados de forma a aprimorar a sua confiabilidade. Os dados gerais para educação são coletados há algum tempo e possibilitam uma matriz ampla de comparação. Número de pessoas alfabetizadas e grau de escolaridade são

disponibilizados via Censo Nacional e Pnad há um tempo considerável. Contudo, dados pertinentes à qualidade da educação são mais recentes. O Ideb iniciou-se em 2007 e o Inaf, em 2001. Não obstante as duas décadas de dados disponíveis sobre a educação no país, os índices utilizados para medição objetiva da qualidade dos representantes no Brasil são mais recentes. Os principais dados dos modelos de avaliação de desempenho parlamentar datam do ano pós-eleição de 2010. Nesse lapso temporal enquadram-se o Ranking do Progresso e o Ranking dos Políticos<sup>1</sup>. Ainda que esses rankings não sejam efetivamente usados para elucubração deste trabalho, servirão como fontes de dados como assiduidade e probidade. Logo, será utilizado o período entre o ano de 2011 e dezembro de 2020.

A seção mais desafiadora deste trabalho é a que delimita os índices a serem utilizados para averiguar a qualidade dos representantes. Como afirma Milligan et al. (2004, tradução nossa), *“Ainda que estabelecer um elo entre escolaridade e a qualidade das escolhas políticas fosse potencialmente mais interessante, tal tópico é difícil de investigar empiricamente. Não conseguimos pensar em nenhuma maneira de mensurar objetivamente a qualidade das decisões de um eleitorado.”* Assim como medir a qualidade das decisões do eleitorado, aferir a qualidade das decisões dos parlamentares é uma tarefa árdua e pode ser muitas vezes injusta. Questões ideológicas e compatíveis com visões de mundo do pesquisador podem enviesar a pontuação dos índices. Destarte, foram escolhidos dados que pudessem qualificar o senador da forma mais objetiva possível. Dados como assiduidade, que foram contabilizados como presença ou ausência nas sessões e probidade, ausência de processos legais, demonstrando a prática diária da atividade legislativa, foram escolhidos por independerem do lado do espectro político que o político se encontra. Vários outros dados poderiam ter sido escolhidos e cabe ao pesquisador delimitá-los de acordo com a sua acessibilidade e a sua pertinência ao estudo. Para este trabalho, os índices de qualidade definidos foram escolhidos dentre os dados apresentados por institutos de análise parlamentar existentes.

## **1.5. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO**

O escopo deste trabalho entra no bojo de uma literatura inveterada e ampla sobre a influência da educação no seio das instituições democráticas mundiais. Por exemplo, Dee (2004, tradução

---

<sup>1</sup> O Ranking do Progresso é publicado desde 2011 pela revista Veja, em parceria com o Núcleo de Estudos sobre o Congresso (Necon) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj). O Ranking dos Políticos foi criado em 2011 por Alexandre Ostrowiecki e Renato Feder. Hoje é atualizado por uma equipe de conselheiros e profissionais. Mais detalhes em: [www.politicos.org.br/Sobre](http://www.politicos.org.br/Sobre).

nossa) ao discutir os resultados de sua pesquisa, afirma que “*Não obstante, estes resultados claramente destacam a dramática relevância da escolaridade para funções críticas de uma sociedade democrática e sugere que iniciativas para promover conquistas educacionais merecem o escrutínio continuado e meticoloso de pesquisadores e formuladores de políticas públicas.*” Ou seja, é essencial que haja continuidade na investigação pela correlação entre os tão essenciais temas supracitados, educação e democracia. Várias razões para o sucesso do processo político ainda são opacas e carecem de estudos aprofundados.

A educação é responsável por abrir portas e prover um conhecimento ímpar que possibilite ao cidadão a participação política. Segundo Cassel e Lo (1997, tradução nossa), “*Como a alfabetização co-política abstrata não pode ser mensurada diretamente, mas presumimos que se as pessoas são politicamente alfabetizadas, elas entenderão as diferenças entre os partidos e saberão conceitos e fatos básicos sobre política. Devido ao fato de que o eleitorado deve estar informado para manter o controle popular, a alfabetização política é o cerne das teorias empíricas de democracia.*” Para o caso singular do Brasil, uma democracia incipiente em comparação com outras ocidentais, é mister que a educação seja um instrumento de consolidação do arquétipo de uma soberania popular que promova a equidade e o desenvolvimento nacional.

Da mesma maneira, Acemoglu e Robinson (2012) em seu mais notório trabalho, *Why Nations Fail*, acreditam que as instituições políticas e econômicas estabelecidas são o principal balizador da prosperidade de um país. Elas, em última instância, norteiam os caminhos e os destinos de uma sociedade particular. Besley et al. (2005) e Martinez-Bravo (2017), por sua vez, encontraram evidências de que de uma população com maior escolaridade podem emergir políticos com melhores qualidades e que, como consequência, são capazes de produzir políticas públicas mais eficientes e melhores instituições. A inferência do trabalho desses acadêmicos supracitados é que uma população mais educada pode ser responsável pelo sucesso no progresso de uma nação, por meio da criação de legislações mais eficientes, compatíveis com a cultura e a história nativa.

O notável avanço educacional brasileiro, sobretudo neste século, foi incapaz de alterar a realidade da concentração de renda (SOUZA, 2018), diminuir relativamente a violência ou promover um crescimento econômico sustentável até o momento. Com todos os atributos que a educação é capaz de proporcionar ao indivíduo e à coletividade, não se tem notado avanços significativos nos principais campos socioeconômicos e isso, quiçá, seja culpa de um arcabouço de instituições elaboradas outrora e com intuito diverso do que promove a Constituição Federal

de 1988, como teorizou Acemoglu e Robinson. Destarte, doravante, a escolha de melhores políticos é uma esperança para a quimera de um país próspero e justo.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1. ESCOLARIDADE E VOTAÇÃO

Na literatura acadêmica há uma miríade de potenciais influenciadores quantitativos e qualitativos no escopo do sufrágio universal. Cada fator tem uma taxa de influência que varia entre diferentes sociedades e conjunturas, sendo que nenhum deles é capaz de se apropriar completamente da expressão *ceteris paribus* e avocar para si uma independência plena dos demais. Destarte, qualquer análise do processo de votação deve ser entendida como parte de um todo e sujeita irrevogavelmente às peculiaridades de cada sociedade e da condição dos atributos que a compõem.

A escolaridade da população é um dos fatores agraciados com uma parcela da atenção entre os trabalhos contemporâneos sobre o âmbito eleitoral. De fato, na Idade Moderna Rousseau já havia expandido a teoria da correlação entre o desenvolvimento da linguística no seio de uma pequena elite eclesiástica no antigo Egito e a opressão de grande parte da população ignorante. Tal processo propiciou poder inaudito a um pequeno grupo durante a elaboração das instituições políticas daquela civilização (COLEMAN apud ROUSSEAU, 2009, p. xxiv). O processo inevitável de intrincamento da organização democrática atual trouxe novas vertentes para a relação entre escolaridade e política. Para Glaeser et al. (2007, p. 31, tradução nossa), “*a correlação entre a educação e a democracia é clara.*” E nesse contexto, uma fração com ampla bibliografia é a ambição de alguns autores de encontrar pontos comuns entre o aumento do nível educacional sistêmico e a alteração das taxas de abstenção eleitorais. Horacio Larreguy e John Marshall, por exemplo, encontraram evidências na Nigéria de que a educação influencia no aumento de formas de participação políticas nas urnas. Segundo eles, “*um nível adicional de educação aumenta a chance de um indivíduo ser cadastrado para votação em 30 pontos percentuais.*” (LARREGUY; MARSHALL, 2017, p. 395, tradução nossa). Outra evidência de tal argumento vem de Milligan et al. (2004) em uma pesquisa comparativa entre Canadá, Estados Unidos e Reino Unido, entre diferentes níveis educacionais, registro e comparecimento eleitoral. Eles encontraram que nos Estados Unidos, cidadãos mais educados tem maior propensão para votar. O Reino Unido não acompanha de perto as taxas estadunidenses, mas os autores justificam que o sistema de registro é diferente e não depende exclusivamente da disposição do indivíduo, sendo responsabilidade de funcionários públicos. Tal fato facilitaria o

processo para eleitores menos educados, o que mitiga a abstenção eleitoral entre este grupo. Nos Estados Unidos a diferença é evidente: *“Enquanto apenas 52% dos alunos que abandonam o segundo grau votam, esta porcentagem aumenta para 67% entre os que o concluem, sobe para 74% para indivíduos com superior incompleto e para 84% entre indivíduos com superior completo.”* (MILLIGAN; MORETTI; OREOPOULOS, 2004, p. 11, tradução nossa). No Canadá, por sua vez, a diferença persiste, mas as diferenças são menores: 83%, 84%, 86% e 90%, respectivamente (MILLIGAN; MORETTI; OREOPOULOS, 2004, p. 13, tradução nossa). Thomas Dee corrobora com Milligan et al. de que um aumento da escolaridade, ainda que modesto, tem grande impacto na participação política dos Estados Unidos. O autor encontra em sua pesquisa que *“(...) estas estimativas sugerem que o ingresso no ensino superior aumenta a probabilidade média da votação no último ano, da votação nas eleições presidenciais [dos Estados Unidos] de 1988 e do voluntariado em 29%, 32% e 20%, respectivamente.”* (DEE, 2004, p. 8, tradução nossa). E complementa afirmando que *“Esses resultados são claramente consistentes com a presunção convencional de que o resultado educacional é um determinante crítico do engajamento civil.”* (DEE, 2004, p. 16, tradução nossa). Por fim, Glaeser et al. realizam uma pesquisa com dados de vários países em que perscrutam a associação entre educação, participação política e tipos de governo. Uma estatística disponível para vinte e oito dessas nações demonstra *“uma relação estatística significativa entre educação e participação em grupos sociais. (...) Estudantes com diploma superior têm 27% a mais de chance de afirmar que votaram nas eleições locais e 29% a mais de chance de afirmar que ajudaram a resolver problemas locais do que estudantes com o ensino médio incompleto.”* (GLAESER; PONZETTO; SHLEIFER, 2007, p. 14, tradução nossa). Enfim, Glaeser percebe que *“o registro eleitoral (e o voto) é particularmente e fortemente associado com os anos de educação.”* (GLAESER; PONZETTO; SHLEIFER, 2007, p. 16, tradução nossa).

Não obstante a influência da educação no aumento quantitativo do eleitorado, há uma noção empírica de que possa haver, outrossim, uma melhoria qualitativa no voto dos cidadãos como um todo. Ora, a capacidade educacional ampliada deve servir para otimizar as aptidões cognitivas individuais e coletivas. Isso significa que o cidadão mais escolarizado deve ser capaz de adquirir e processar informações a respeito dos candidatos de forma expandida e mais precisa. Tal afirmação fica evidente em uma comparação entre estudantes alfabetizados e não alfabetizados, por exemplo. Os alfabetizados são capazes de compreender uma gama inauditamente maior de informações sobre o processo político e sobre os candidatos e, a partir daí, tomar decisões mais assertivas sobre o futuro da sociedade. De fato, Milligan aquiesce com



tais premissas e vai além ao afirmar que *“a educação aumenta a habilidade de selecionar líderes aptos, compreender as questões em que irão votar, atuar como balizador dos excessos governamentais e apontar indícios de corrupção nos líderes.”* (MILLIGAN; MORETTI; OREOPOULOS, 2004, p. 2, tradução nossa). Faz sentido pensar que a melhora educacional tem ingerência não só na otimização da escolha dos candidatos a cargos políticos, como também tem crédito no desenvolvimento da consciência popular e na melhoria peremptória das diversas ações de governança.

Não obstante, conforme supracitado, o efeito da educação sobre as eleições está relacionado com o contexto em que a sociedade está envolvida. Alguns fatores têm maior peso em determinados lugares do que em outrem. Friedman et al. (2011, p. 37, tradução nossa), por exemplo, apresentam um estudo em que *“o aumento da consciência política e a redução da autoridade podem levar a uma maximização do envolvimento cívico”* em *“contextos que existam maior propósito para um engajamento significativo.”* Eles argumentam que o aumento da escolaridade tem maior efetividade em conjunturas políticas que permitem maior acesso ao cidadão. Por exemplo, o efeito é menor em países com sistemas políticos ditatoriais ou unipartidários. Nesses países, indivíduos mais educados ao se defrontarem com um aparato político excludente e elitista criam um ressentimento que muitas vezes pode ser transformado em deliberados protestos ou promoção de uma revolução gramsciana contra o status quo. Outrossim, Campante e Chor (2012) encontraram indícios de que sociedades com viés de obediência mais fortes exibem uma conexão mais tépida entre escolaridade individual e envolvimento político. Segundo os autores, esse apanágio é especialmente forte em sociedades orientais, cuja submissão se sobressai sobre a ocidental, em geral. No mesmo estudo, Campante e Chor encontram indícios de que a forma como é baseada a economia de determinados países tem influência decisiva sobre o comportamento político local. Exemplificando, países que concentram a exportação em comida e produtos agrícolas brutos logram uma relação mais forte entre escolaridade e participação política (CAMPANTE; CHOR, 2012, p. 843).

Vale citar que os autores acharam uma interessante relação catalisadora entre o tamanho de área média por trabalhador de um país e o aumento da participação política para indivíduos mais escolarizados. Não obstante, encontraram uma relação menos intensa entre indivíduos de sociedades mais desenvolvidas. Campante e Chor acreditam que em nações mais desenvolvidas o custo de oportunidade de participar da política é muito grande e não é tão financeiramente vantajoso para os indivíduos com um pouco mais de educação se dedicarem tanto à participação política, em relação aos países menos desenvolvidos. Neste ponto, Glaeser (2007) pensa um

pouco diferente. Para ele, o impacto da educação na competência individual deve ser visto não só na seara econômica, mas também na política. Ele acredita que há maiores retornos das atividades cívicas para os mais educados, o que explicaria a considerável correlação positiva entre educação e engajamento cívico mesmo em países mais desenvolvidos. Ademais, há uma lógica intrínseca para pessoas mais educadas se interessarem pela política que os autores Schneider e Ingram (1997) e Campos (1990) explicam como um círculo vicioso existente em que grupos privilegiados tendem a ter maior representação nas arenas de poder e que, por sua vez, impelem representantes eleitos a prover benefícios para grupos poderosos, respectivamente.

Assim, Campante e Chor coletaram na literatura que *“Trabalhos empíricos nessa linha de pesquisa têm encontrado que cidadãos mais educados demonstram maior viés no engajamento em praticamente todas as formas de atividade política, incluindo votar, comparecer a eventos políticos, manter-se informado, trabalhar em campanhas, fazer contribuições e assinar petições.”* (CAMPANTE; CHOR, 2012, p. 841, tradução nossa). Ademais, o empenho eleitoral dos indivíduos é de sobremaneira impactado pela sua escolaridade porque a votação é vista como uma ação que demanda menos capital intelectual. A prosaica presença em uma urna eleitoral é uma ação que requer pouco esforço e pouca exigência de coletar e processar informações. Logo, a adição de ínfimos graus de educação possivelmente têm um grande impacto no aumento da quantidade de eleitores e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade dos votos. Sobre esse argumento, Nie, Junn, e Stehlik-Barry concluíram que *“Em virtude do seu impacto nas habilidades cognitivas, a educação não só facilita bastante a aquisição de informações políticas, como ela similarmente mitiga drasticamente os custos de adquirir, procurar e integrar o conhecimento político.”* (Nie, Junn, e Stehlik-Barry apud CASSEL; LO, 1997, p. 319, tradução nossa). Por fim, Ruy Teixeira corrobora que a educação, além de ocupações não manuais e maiores salários, facilita o voto para o indivíduo porque aumenta sua habilidade para lidar com os procedimentos gerais do processo eleitoral (TEIXEIRA apud CASSEL; LO, 1997, p. 319).

## **2.2. QUALIDADE DOS REPRESENTANTES POLÍTICOS**

Há uma veleidade explícita na educação universal de que ela promova o progresso amplo e contínuo de todos as searas da sociedade. Não fosse assim, os países e a Organização das Nações Unidas (ONU) não realizariam um esforço financeiro e laboral hercúleo visando a sua

melhoria contínua. A esperança de que a atividade política seja, outrossim, uma das vertentes a ser balizada pelo avanço educacional e que esteja no bojo do conjunto dos ramos notadamente impactados é colossal, sobretudo, pela sua devida importância para o coletivo presente e futuro da humanidade.

Um notório trabalho que perscruta a validade da melhoria da escolaridade da população em geral como atributo essencial para o aperfeiçoamento da qualidade dos representantes políticos foi realizado por Monica Martinez-Bravo (2017) na Indonésia. A autora investigou a possibilidade de um amplo programa de expansão educacional no país entre os anos de 1974 e 1978 ter impacto na qualidade das políticas públicas futuras da região. A hipótese de Martinez-Bravo é que *“Uma importante consequência da ampliação da educação de massa é o que nível educacional dos candidatos potenciais aos cargos políticos locais também aumenta. Isto, por sua vez, pode levar a mudanças na qualidade dos líderes eleitos e ter um profundo impacto na efetividade da governança local.”* (MARTINEZ-BRAVO, 2017, p. 256, tradução nossa).

A partir do ano de implantação do programa, denominado INPRES, a autora esperou a quantidade de anos para que as primeiras crianças beneficiadas pelo programa chegassem aos 25 anos, a idade mínima necessária para concorrer ao cargo de líder da aldeia (similar a um prefeito). De início, ela notou que a partir da primeira eleição realizada com a nova geração de candidatos provenientes do INPRES, em 1992, houve um significativo aumento do nível educacional dos líderes de aldeia eleitos (MARTINEZ-BRAVO, 2017, p. 258). O passo posterior seria encontrar correlações entre a melhoria da escolaridade dos líderes e o progresso de suas performances.

Um dos exemplos citados por Martinez-Bravo como pesquisa que relacionou tais temas foi o trabalho de Besley, Pande, e Rao (2005) que percebe que o maior nível educacional entre os prefeitos da Índia está diretamente relacionado com um índice menor de corrupção. Nesse estudo também foi encontrada relação entre grupos mais educados e a eleição de políticos com maior escolaridade.

Além da diminuição da corrupção como demonstrada por Besley, Pande, e Rao, Martinez-Bravo percebeu avanços em outros aspectos dos mandatos dos chefes eleitos após 1992. Uma das vertentes afetada foi a efetividade dos governos. Políticos mais educados tornaram-se mais empreendedores e iniciaram mais projetos de desenvolvimento. Ademais, promoveram uma implementação mais eficiente dos projetos (MARTINEZ-BRAVO, 2017, p. 278). A efetividade foi de fato aperfeiçoada a partir de três vias principais: a) obtenção real de mais fundos; b) realocação dos gastos para projetos de desenvolvimento locais; e c) maior eficiência no

gerenciamento dos projetos e no uso dos recursos (MARTINEZ-BRAVO, 2017, p. 283). Estes resultados foram percebidos através do aumento da provisão de bens públicos para a população e um menor tempo de conclusão para projetos similares, quando comparados com regiões similares.

Com efeito, a autora chegou à conclusão de que há uma correlação direta entre a educação dos políticos e a sua devida competência, pois o aumento considerável da educação dos líderes de aldeia gerou aumentos significativos de provisões de bens públicos. O estudo demonstra que cada ano extra de educação do político representa um acréscimo de 13% na disponibilidade de hospitais, 11% de médicos e 3% de água potável. Para Martinez-Bravo, tal resultado é compatível com *“recentes literaturas que sugerem que o nível de capital humano no setor público é um determinante fundamental da capacidade estatal, provisão de bens públicos e progresso em longo prazo de países em desenvolvimento.”* (MARTINEZ-BRAVO, 2017, p. 287, tradução nossa).

No Brasil, apesar da correlação lógica não ser necessariamente direta, Marta Arretche traz dois dados importantes e que podem elucidar uma fração da desigualdade nacional. O primeiro é o famigerado dado de que comunidades mais pobres têm menor grau de escolaridade, em comparação com seus pares mais ricos. E o segundo e que, talvez, seja um dos resultados da menor escolaridade dos políticos é que *“Municípios com maior concentração de pobres têm menor probabilidade de contar com serviços de infraestrutura básica.”* (ARRETCHE, 2015, p. 449). Mais estudos são necessários, mas a pesquisa de Martinez-Bravo pode ser um dos parâmetros para aprimoramento das políticas públicas em nosso país.

### **2.3. ESCOLARIDADE E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Assim, para o estudo das consequências da sua evolução na sociedade, é importante vislumbrar o contexto da educação nacional quando submetida aos múltiplos cenários políticos, econômicos etc. a que foi exposta. Tal descrição resguardará possíveis anacronismos e, além disso, realçará um arcabouço comparável para a seção subsequente.

O caminho da educação no Brasil é uma curva ascendente contínua, não obstante complexa e com variações ao longo das décadas em virtude de crises econômicas dos governos, ideologias e planejamentos burocráticos. Somente nas últimas décadas a educação tornou-se prioridade e fixou-se como projeto de Estado peremptório.

Diversos atributos contribuíram para a negligência histórica da educação no Brasil. O principal fator citado na literatura é a exagerada inequidade socioeconômica histórica do país, que determinou a inanição inveterada das classes desprivilegiadas com a falta de conhecimento, de acesso e de perspectivas e o descaso das elites com a condição dos outros. Sachs (1981) corrobora com essa visão: *“O Brasil constitui, na verdade, um caso digno dos textos escolares de crescimento rápido, de modernização bem-sucedida, na aferição por indicadores convencionais, mas com profundo mal desenvolvimento social. Seu crescimento se fez na desigualdade e pela desigualdade; o mesmo é dizer que os custos sociais e ecológicos foram exorbitantes.”* Percebe-se que a parca veleidade da elite que poderia realizar a transição nacional para uma priorização da educação soma-se ao despreparo dos menos abastados, incapacitados de exigir reformas estruturais essenciais para ruptura do quadro pérfido de equidade de oportunidades no Brasil.

Nas últimas décadas, não obstante o país manter-se entre as nações com mais baixo nível de escolaridade e de desigualdade de renda no mundo (Naercio Filho & Charles Kirschbaum apud ARRETCHE, 2015), o Brasil conseguiu definir projetos de Estado contínuos capazes de influenciar expressivamente nos resultados alcançados nos quesitos taxa de alfabetismo e nível de escolaridade, sobretudo na população mais jovem. Isso se deve, principalmente, à tendência de universalização do ensino básico no Brasil. Percebe-se que o ensino básico do sistema educacional brasileiro logrou absorver praticamente todos os indivíduos de até 25 anos, com crescimento de matrículas a partir de 1960. As chances de um jovem ascender do analfabetismo ao final do ensino médio é praticamente universal atualmente (Ribeiro et al. apud ARRETCHE, 2015). Os índices de alfabetismo no Brasil hoje encontram-se por volta de 92% na população entre 15 e 64 anos, conforme dados e critério do Inaf, de 2018, e a proporção de indivíduos funcionalmente iletrados sobe de maneira diretamente proporcional à idade (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018). Em que pese campanhas maciças para alfabetização, há severas restrições no ensino aos camponeses e aos senhores idosos, o que torna a diminuição peremptória dos analfabetos no país uma missão hercúlea.

Não obstante a relação profícua entre anos de escolaridade e alfabetismo funcional demonstrado por anos de pesquisa do Inaf, ou seja, quanto maior a quantidade de anos de escolaridade, maior a capacidade do indivíduo ser capaz de ler e escrever textos mais complexos, nota-se que essa afinidade não é linear. Em que pese a vitória deliberada do aumento da quantidade de anos absolutos na educação do brasileiro, a qualidade do letramento não tem acompanhado de maneira igualmente proporcional. Na comparação entre 2001 e 2011, Ribeiro (2015) encontrou

entre os dados do Inaf do período que *“mais da metade (53%) das pessoas que chegaram no máximo a completar as séries iniciais do ensino fundamental (o antigo primário) podem ser consideradas analfabetas funcionais.”* e que apenas um em cada quatro brasileiros de todos os níveis de escolaridade podem ser classificados como plenamente alfabetizados. Esta cifra manteve-se inalterada no período supracitado. Para os estudantes do ensino médio, completo ou não, em que se esperaria um nível pleno de letramento, 65% não conseguiram superar o nível básico até 2011. Para o relatório de 2018, o número de analfabetos funcionais que possuem apenas os anos iniciais do ensino fundamental é de 70%, enquanto a porcentagem de analfabetos funcionais entre os que completaram o ensino fundamental cai para 34%. Entre os que completaram o nível médio, 55% não superou o nível elementar de proficiência (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018). Vale ressaltar, todavia, que os dados gerados pelo Inaf englobam a população de 15 a 64 anos, ou seja, uma população mais velha e que foi mais negligenciada pelos governos passado, em comparação com os jovens atuais. Além disso, o Inaf possui metodologia própria de contabilidade para definir qual o grau de escolaridade de cada indivíduo. Esses atributos tendem a produzir dados continuamente mais pessimistas do que os gerados pelos demais índices como Ideb, Enem ou Pisa.

O progresso econômico nacional no pós-guerra, alimentado pela propulsão estatal do programa de substituição de importação e de industrialização nacional, teve duas consequências para a educação: a primeira foi estimular a necessidade de capacitação da massa trabalhadora para processar os novos artifícios laborais; e a segunda foi promover uma migração massiva de indivíduos do campo para as cidades (Comin apud ARRETCHE, 2015, p. 370). O primeiro fator influenciou diretamente a necessidade de ensino para grande parte da população desprivilegiada de outrora. E teve consequências para ampliar a benevolência das elites na educação das massas, afinal, ela seria também beneficiada com um acréscimo de produtividade na economia. O segundo fator teve como consequência inicial o deslocamento de uma população mal preparada e com limitadas possibilidades de interação laboral em ambientes mais complexos. Cabia a esse grupo, e em muitos casos ainda cabe, serviços com menores estímulos à capacitação, como trabalho doméstico, ocupações braçais e serviços informais (Comin apud ARRETCHE, 2015). Todavia, a aglomeração dos indivíduos em cidades possibilitou ao Estado a capacidade de incrementar o ensino em massa. Ora, é mais fácil levar educação para muitas pessoas em espaços com grande densidade demográfica. Nesses sentidos, os espaços urbanos contribuem até hoje com uma taxa de analfabetismo menor do que o campo, que ainda hoje provem obstáculos geográficos ao ensino universal. Para se ter ideia do abismo,

o Pnad 2019 mostrou que a taxa de analfabetos para a população brasileira é de 4,9% para os residentes urbanos e de 17% para os moradores do campo.

A realidade é que houve ganhos consideráveis em acessibilidade e mitigação da desigualdade de oportunidades educacionais nos últimos cinquenta anos para o ingresso e graduação nos níveis educacionais mais básicos. Lima et al. (Lima et al. apud RIBEIRO; LIMA; BATISTA, 2015) contempla que *“a proporção de brasileiros entre 15 e 64 anos de idade com até quatro anos de estudo caiu, entre 2001-2002 e 2011, de 40% para 27%; a (proporção) daqueles com quatro a oito anos de estudo também se reduziu (de 28% para 24%), crescendo, por outro lado, a proporção dos que chegaram a cursar ou concluíram o ensino médio ou o ensino superior (de 24% para 35% e de 8% para 14%, respectivamente)”*. Infelizmente, como dito anteriormente, o progresso absoluto no número de matrículas e conclusão dos diversos níveis educacionais não foi acompanhado de um progresso linear no aprendizado dos alunos. Enquanto há uma ampliação da proporção significativa de pessoas que chegam ao ensino médio e o concluem (35%), não há ganhos equivalentes de estudantes que chegam ao nível pleno e, no caso do ensino superior (14%) há, pasmem, uma queda no desempenho do grupo (Lima et al. apud RIBEIRO; LIMA; BATISTA, 2015). O impacto do efeito da escolaridade caiu, demonstrando possível redução de qualidade no ensino ou, ainda, ingresso de jovens de classes socioeconômicas menos privilegiadas em relação às gerações anteriores (Naercio Filho apud RIBEIRO; LIMA; BATISTA, 2015). Afinal, há de se levar em consideração que a proficiência da educação formal não está desapegada de contextos sociais e familiares relevantes para a devida capacitação da população.

Destarte, é mister avançar no universalismo de todos os níveis escolares, como os diversos índices educacionais vêm demonstrando para o Brasil ao longo das últimas décadas. E é, outrossim, de magna importância que a qualidade do ensino acompanhe esses indicadores para que a educação cumpra seu papel de engendrar oportunidades inequivocamente iguais para todos. Como afirma Ribeiro (2015), *“a universalização da educação básica vai deslocar para as disparidades de qualidade o vetor de produção de desigualdades em termos de aprendizagens escolares e, posteriormente, de oportunidades de desenvolvimento social e profissional ao longo da vida.”*

## **2.4. APANÁGIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA RELACIONADAS À EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Na literatura acadêmica há pontos nevrálgicos de convergência com a linha histórica do progresso do sistema educacional brasileiro. Ora pesquisas convergem em alguns pontos com a narrativa estatística dos dados educacionais, ora demonstram máculas que engendram dificuldades intrínsecas para o seu pertinente desenvolvimento. Muitas vezes negligenciada, algumas vezes deliberadamente excluída e ocasionalmente vitimada por uma certa inanição, as classes menos privilegiadas sofreram com o parco acesso à educação por grande parte da história autóctone desde o descobrimento. A teoria mostra que há analogias e explicações similares em diversas regiões do globo.

Por exemplo, o lânguido interesse histórico por parte das oligarquias dominantes em educar a população tem semelhanças com outros países no mundo, segundo Campante e Chor (2012). Segundo os autores, países com abundantes recursos naturais que beneficiam as elites sofrem da “maldição dos recursos naturais”, cujo excesso seria suficiente para locupletar os donos das riquezas e por isso eles não teriam incentivo em estimular a capacitação laboral do país e ter como consequência colateral que suportar possíveis manifestações de ativismo político. Campante e Chor afirmam que isso é verdade sobretudo para países não democráticos. Ademais, os autores argumentam que investimentos em educação em países abundantes de recursos naturais e cuja economia é direcionada para exportação obtém resultados mais promissores na participação política dos seus cidadãos. Em países da América Latina que vivem essa realidade, esse apanágio justificaria o receio das lideranças em investir em capital humano pois isso solaparia o potencial de controle da população. O mesmo não seria a realidade de países cerceados de terras cultiváveis no leste asiático, por isso o avanço prematuro no investimento no setor. Outro atributo dos países latino-americanos que os diferencia dos seus pares asiáticos é a atitude em relação à obediência. A submissão à autoridade coloca os países do leste asiático em situação de desvantagem em relação aos países considerados mais insubordinados do ocidente, pois Campante e Chor perceberam que o elo entre escolaridade e participação política é mais forte em países cuja leniência à autoridade é menor. O mesmo problema de privilégios é apontado por Glaeser et al. (2007) e que corrobora com a famigerada lógica da ação coletiva de Olson (2011) de que um pequeno grupo é mais forte e provoca maiores incentivos para a participação particular, ao contrário de um grupo grande que possui incentivos menores para participação individual. Assim, Glaeser et al. acreditam que é



vantajoso para uma ditadura manter o monopólio da educação para conservar o controle geral nas mãos de um grupo pequeno e a educação poderia ser um entrave a essa veleidade. Destarte, Glaeser et al. afirmam que *“Altos níveis de capital humano beneficiam regimes democráticos porque eles aumentam as benesses da participação para todos e incentivam uma vasta fração dos muitos beneficiários de uma democracia a apoiá-la contra uma alternativa ditatorial.”* Pensamento similar poderia se aplicar a uma pequena elite, oligárquica, como a brasileira. Campos (1990) ao descrever o caso do Brasil, narra o isolamento em que cidadão e legisladores foram mantidos durante as décadas da ditadura, impedidos de participar de decisões essenciais para o seu futuro como o acesso à educação.

Por muitos anos, o único elemento efetivo de ação popular na democracia brasileira foi a participação nas eleições. Alexis de Tocqueville (1997), quando analisou o sistema político estadunidense, colocou bastante ênfase na importância das associações e suas variações para o modelo democrático em voga naquele país. As associações seriam responsáveis por legitimar interesses de grupos menores em torno de um ideal coletivo e potencializar suas vontades perante adversários políticos consolidados. No Brasil, essa textura política é parca e denota o que Campos (1990) classifica como “pobreza política”. As poucas associações existentes não têm legitimidade e falta-lhes atributos para a autossustentação. Assim, buscam apoio no próprio governo, como era o caso da obrigatoriedade institucional do imposto sindical. A falta de ativismo político coletivo limita a participação às eleições. *“Em semelhantes contextos, o exercício da democracia fica limitado à participação em eleições esporádicas. A falta de base popular faz da democracia brasileira uma democracia formal, cujo traço distintivo é a aceitação passiva do domínio do Estado.”* (CAMPOS, 1990). A obrigatoriedade das eleições municipais, estaduais e federais, torna-se, então, a única possibilidade de manifestação popular da política na prática e difere do *accountability* do cidadão exercido em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos. Isso torna a democracia de certa forma instável pois a falta de controle democrático permite que os políticos usem o seu posto para interesses pessoais e demais apanágios clientelistas, enfraquecendo o conceito de representação e, conseqüentemente, a robustez dos grupos menos privilegiados. Ademais, tal simplificação da participação popular expõe uma relevância infável para a perfeição do voto, com a confiança de que o representante da maioria seguirá os preceitos prometidos no momento de campanha para o sufrágio. Uma importância a mais pela melhoria da qualidade dos representantes eleitos pelo povo.

Outrossim, é importante ressaltar algumas outras conseqüências presentes na literatura da apatia

política e da falta de possibilidades de participação da população brasileira. Friedman et al. (2011) demonstram que em certo momento de sua pesquisa com jovens no Quênia, a educação trouxe conhecimento político, mas não foi capaz de gerar mobilização política peremptória na população amostral. Através das respostas da amostra, houve notório aumento do conhecimento político em perguntas sobre os nomes dos políticos eleitos, no aumento da leitura de notícias políticas em jornais e no descobrimento de direitos. Não obstante, essa estatística não engendrou uma vontade política de mudança da situação individual, mas apenas aumentou o sentimento de revolta. A exclusão dos processos políticos adido a um conhecimento ampliado via educação aumentou a percepção de que a violência seria um modo aceitável de resolução de demandas populares. Em muitos casos, a situação é comparável ao sentimento de revolta e impotência que o cidadão brasileiro encontra no sistema político. Não é incomum que manifestações aleatórias terminem em confrontos entre manifestantes e forças de segurança. Da mesma forma, discussões prosaicas cotidianas escalam para agressões físicas em virtude de divergências ideológicas. Campos (1990) ainda ressalta desrespeito ubíquo que o indivíduo tem como consumidor e destaca que isso também é, de certa forma, consequência da apatia associativa e política da população autóctone. Há uma miríade de reclamações de consumidores contra organizações privadas que não conseguem ser resolvidas por impotência de capacidade de enfrentamento individual contra o poder econômico.

O trabalho de Glaeser et al. ainda traz outra importante analogia ao estudo político brasileiro. Os autores notaram alto grau de tendências ditatoriais entre países com baixo nível de escolaridade em sua população. Ademais, tais países na maioria dos casos caíram na armadilha da ditadura em sua história recente, como foi o caso do Brasil em 1964. A esperança, todavia, melhora assim que os níveis de escolaridade começam a melhorar. No começo do processo educacional, há tendência de transição para uma democracia instável, seguido de um processo mais afortunado de defesa indelével do regime democrático. Segundo Glaeser et al. (2007, p. 30, tradução nossa), *“Assim que a transição para a democracia acontece, as democracias com boa educação permaneceram inicialmente instáveis. Pelo menos à primeira vista, nota-se padrões similares de instabilidade na América Latina, ex-União Soviética e outras partes do mundo. (...) Assim que as nações se tornam mais educadas, elas também se tornam mais exitosas em defender a democracia.”* O progresso educacional no Brasil a partir dos anos 60 promoveu um paulatino aumento da instabilidade da ditadura e o seu questionamento por parte da população. O auge dessa inclinação foi o movimento de Diretas Já, nos anos 80, pelo restabelecimento das eleições e da participação popular na política. Segundo Glaeser et al., há

evidências de que países que mantiveram os índices de educação baixos mantiveram-se ditaduras ou tenderiam a virar ditaduras num futuro próximo. O passado brasileiro corrobora com tal afirmação, tendo passado por ditaduras no período do Estado Novo, entre 1930 e 1945, e a ditadura militar supracitada. A partir da Constituição Federal de 1988 e do restabelecimento do voto universal para o legislativo e o executivo, o Brasil encontra-se num processo lento de aprendizagem democrática e com certa instabilidade entre os poderes. Os autores acreditam que este é um processo natural e que teve maior probabilidade de êxito graças ao processo de elevação do nível de escolaridade dos brasileiros.

Assim, a exclusão deliberada da população do sistema educacional é explicada por Campante e Chor (2012) pelo receio de seu ativismo político, que seria potencializado pelas características intrínsecas da economia extrativista brasileira. Tal pensamento exclusivista corrobora com Glaeser et al. (2007) que acredita nas desvantagens políticas para uma pequena elite de se ter uma grande concorrência populacional educada. Como esses autores explicam, a educação tem correlação com a pluralidade de uma democracia, onde mais pessoas e associações são capazes de competir em condições de igualdade pela evidência política. Quando a educação passou a melhorar paulatinamente após 1960, o povo ampliou seu espectro de conhecimento nessa seara, mas não encontrou espaços efetivos para sua participação. Ainda existia um arcabouço aparentemente indelével do sistema clientelista engendrado há alguns séculos no país. Todos esses fatores contribuíram para a lânguida cultura política brasileira, como confirma Campos (1990), corroendo a contribuição qualitativa da população para a democracia, ainda que esta tivesse melhorado consideravelmente o seu nível escolar, como mostrado no tópico anterior.

Nesse processo de provisão de conhecimento e exclusão do acesso das massas ao efetivo processo político, emergiram sentimentos de revolta e violência. Quiçá a democracia tivesse aberto possibilidades políticas aos cidadãos, paralelas às potencialidades educacionais, o Brasil teria a capacidade de dar um salto qualitativo nas suas instituições gerais. Friedman et al. (2011, p. 37, tradução nossa) acreditam que *“Ainda, é possível que, em outros contextos onde haja maior possibilidade de engajamentos consideráveis na democracia, a elevação da consciência política e a redução da aceitação da autoridade poderiam levar a maior envolvimento cívico, potencialmente contribuindo para uma democracia mais vibrante.”* Infelizmente, como afirma Campos, o único modo efetivo de participação do controle societário na política do Brasil são as eleições. O que engendra a questão se, ao menos nesse vértice sistêmico, a participação política nacional teve relevante influência dos avanços educacionais. E, ainda que, indiscutivelmente, o voto seja uma pequena seção do sistema democrático, a melhoria do

quadro representativo é essencial para o empoderamento da população brasileira, para a melhoria das instituições e consequente mitigação das iniquidades do país.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. FONTE DOS DADOS**

Conforme supracitado na introdução, os dados vitais para este trabalho foram coletados entre diversas entidades de notória visibilidade pública e que disponibilizam suas informações em espaços públicos, sobretudo a internet e periódicos publicados com certa periodicidade pelos seus respectivos autores.

Outrossim, vale ressaltar que o período visado para os dados se refere aos anos entre 2011 e 2020, ou seja, as últimas 3 legislaturas. Infelizmente, como explicado com detalhes posteriormente, os dados possuem máculas em sua base, por motivos diversos. O período mais rico em dados encontra-se após o ano de 2015.

Enfim, a aquisição dos dados foi dividida em três seções distintas, a ver: a) dados relativos à educação nos estados, onde serão destrinchados os principais números da educação no Brasil e haverá a devida comparação entre os estados. b) dados relativos à qualidade dos senadores brasileiros, relacionados com seu devido estado. Os principais dados encontrados referem-se à assiduidade, à probidade e à transparência. E c) dados estatísticos gerais sobre os estados, como população, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), comparecimento às urnas, votos válidos etc., que estimulem a comparação entre os dados e permitam possíveis controles sobre os resultados das regressões. Destarte, as informações foram catalogadas e categorizadas como variável dependente ou independente serem utilizadas na próxima seção relativa aos resultados da pesquisa.

##### **3.1.1. Índices Estatísticos Estaduais**

De início, a unidade elementar de comparação serão os estados e o Distrito Federal. No Brasil, há 27 unidades federativas com capacidade de eleição de senadores. Foram, então, elencados dados em instituições oficiais que pudessem ajudar no controle estatístico das regressões ao mostrar determinadas diferenças relevantes entre os estados e o Distrito Federal, sobretudo relacionados aos sufrágios para senadores, a cada quatro anos. Uma das estatísticas elementares é a população. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão brasileiro oficial responsável por averiguar a contagem verossímil da população nacional, por meio do

Censo, ou por amostragem, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).<sup>2</sup> O Censo é realizado a cada 10 anos e visita todos os lares do Brasil, enquanto a Pnad é um cômputo anual realizado por amostra domiciliar. Para este trabalho, foram utilizados dados relativos ao Censo 2010, além dos das Pesquisas Pnad empreendidas entre 2012 e 2019. Para o ano de 2020 foram utilizados cálculos realizados pelo IBGE que estimou as populações para o período. Para o ano de 2011, que não foi contemplado nem com Censo, nem com Pnad, foi utilizada uma média aritmética entre os anos de 2010, via Censo, e 2012, via Pnad. Os dados foram acessados pela internet no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (<https://sidra.ibge.gov.br>), além do próprio sítio do IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)), para as estimativas.

Em seguida, houve a preocupação de elencar os principais dados relativos às eleições e suas peculiaridades estaduais. As eleições-alvo deste trabalho foram as realizadas em âmbito nacional nos anos de 2010, 2014 e 2018 por estarem relacionadas com a escolha dos representantes do Senado Federal. Os dados foram retirados do sítio do órgão responsável pelas eleições no país, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)). Os dados elementares que foram contabilizados pelo TSE são: a) eleitores aptos; b) comparecimento; c) abstenção; d) votos em branco; e) votos nulos; e f) votos válidos. Sendo que desses, os eleitores aptos são contados como números brutos e os demais como porcentagem. A soma do comparecimento com a abstenção será sempre de 100%, o que significa a totalidade dos eleitores aptos. Os votos brancos, nulos e válidos, todavia, apenas totalizam 100% nas situações de normalidade. No caso de estados que tiveram conjuntos de votos anulados por fraudes ou outros motivos diversos, a soma ficara aquém dos 100% porque os votos anulados não são adidos a nenhuma dessas colunas, mas a outra única. Para alcançar-se a totalidade haveria a necessidade de criar uma variável distinta e não foi de interesse deste trabalho em virtude de a minoria dos estados possuir tal fato estatístico e apenas no ano de 2018. Em que pese o fato das eleições para senadores no Brasil serem realizadas de quatro em quatro anos, os dados foram replicados para os anos seguintes, de forma que a eleição de 2010 compôs a regressão também nos anos de 2011, 2012 e 2013. O mesmo critério foi usado para 2014 (2015, 2016 e 2017) e 2018 (2019 e 2020).

---

<sup>2</sup> A Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, do Presidente da República de então, Fernando Collor, rege que cabe ao IBGE realizar o Censo Demográfico em período não superior a 10 anos. Destarte, o último Censo brasileiro foi concluído em 2010. Devido à pandemia de Covid-19, o Censo de 2020 foi adiado para 2021, que, por sua vez, não foi executado por cortes orçamentários do governo federal.

### 3.1.2. Índices de Educação nos Estados

Nesta pesquisa serão utilizados dois tipos distintos de dados para avaliar a qualidade da educação dos estados brasileiros visando à comparação cabal entre as variáveis educacionais intrínsecas às unidades federativas e a respectiva qualidade dos senadores locais.

A primeira seção de dados quantitativos refere-se à conjuntura da qualidade da educação local no conjunto da população estadual. Destarte, serão apresentados dados peremptórios sobre a situação educacional da população nos estados.

O primeiro índice, sobre o analfabetismo entre adolescente e adultos com idade superior aos 15 anos, é contabilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e consta dentro do conjunto de estatísticas do Censo e da Pnad. Conforme supracitado, o Censo foi realizado no ano de 2010 e o Pnad Contínua entre 2012 e 2020.<sup>3</sup> Para o ano de 2011, foram repetidas as cifras de 2010. O dado explicita a porcentagem de habitantes do estado que não aprenderam a ler e a escrever. A diminuição notória do analfabetismo para todos os estados, na década em questão, seria um indício de melhora na educação geral dos brasileiros.

O segundo índice, os anos de estudo da população brasileira de 18 a 29 anos, também foi retirado do “Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021”, todavia só foram encontradas cifras na Pnad entre 2012 e 2020. Para o ano de 2011, foi repetido o ano de 2012. Este dado peculiar, esclarece quantos anos de estudo em média tem o brasileiro entre 15 e 29 anos em cada estado. Há um considerável crescimento desta estatística ao longo do período em todos os estados o que, teoricamente, também deveria ser considerada uma melhoria geral na educação da população.

A estatística subsequente indica a porcentagem de indivíduos maiores de 25 anos que habitam no respectivo estado que possuem: ensino fundamental completo; ensino médio completo; e ensino superior completo. Os dados para o Censo 2010 e para as Pnads de 2012 a 2015 foram retirados do banco de dados do sítio Atlas Brasil, que por sua vez esmiuçou os bancos de dados do IBGE para ter acesso às cifras. Os números de 2016 a 2019 foram retirados do Sidra/IBGE e fazem parte do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnadc)<sup>4</sup>. Para o ano de 2011, foi realizada a média aritmética dos anos de 2010 e 2012, para vislumbrar-se uma

---

<sup>3</sup> Os dados foram retirados do “Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021”, elaborado pela organização da sociedade civil “Todos Pela Educação”.

<sup>4</sup> Conforme explicação do sítio do IBGE, “A PNAD foi substituída, com metodologia atualizada, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, que propicia uma cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza informações conjunturais trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional.” (“Volume Brasil | IBGE”, [s.d.]).

evolução gradual das porcentagens. Para o ano de 2020, não obstante, tampouco havia dados de 2021 para a média, logo foram repetidas as porcentagens de 2019.

A quarta e última estatística da primeira seção é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), uma versão adaptada para cálculo do IDH nas unidades federativas do Brasil. Para este trabalho é interessante um dos desmembramentos do IDHM, o IDHM Educação, que é calculado por meio de uma constante entre o fluxo escolar da população jovem e a escolaridade da população adulta. O índice é de grande valia para percepção da situação quantitativa da educação dos indivíduos entre os entes federativos. Infaustamente, o índice apenas foi elucidado pelo IBGE no Censo de 2010 e para as Pnads entre os anos de 2012 e 2017. Novamente, este trabalho utilizou os valores de 2010 para o ano de 2011 e para os anos de 2018 a 2020 foram repetidos os dados de 2017.

A segunda seção é composta por dois índices que avaliam a qualidade do conhecimento dos alunos em si. O que quer dizer que há uma preocupação, não em contabilizar o aumento da quantidade de anos de estudo, da escolaridade e do IDHM ou a redução do analfabetismo em si como pesquisado na primeira seção, mas de saber se houve uma melhora nas aptidões e conhecimento gerais da população.

O primeiro índice de avaliação utilizado neste trabalho foi o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizado nos anos ímpares entre 2011 e 2019. Para os anos pares foram repetidas as cifras do ano anterior, como forma de compor cabalmente a base de dados. O Saeb é um modelo de avaliação por estado do ensino básico que afere “*alunos de escolas públicas e particulares, zonas rurais e urbanas. Alunos de 5º ano do EF (4ª série), 9º ano do EF (8ª série) e 3º ano do [Ensino Médio]*” (RIBEIRO; LIMA; BATISTA, 2015, p. 426). Para composição da avaliação, são levados em consideração “*a avaliação de conteúdos na perspectiva das competências e habilidades neles implícitas.*” (RIBEIRO; LIMA; BATISTA, 2015, p. 426). As notas do Saeb são confeccionadas por meio de provas cognitivas e questionários e os resultados são seccionados em Saeb/Língua Portuguesa e Saeb/Matemática. Utilizou-se, para esta pesquisa, os dados de língua portuguesa e matemática pertinentes ao 3º ano do ensino médio. O índice é elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) e os dados foram retirados dos relatórios bianuais elaborados pelo Instituto para apresentação dos resultados e encontram-se disponíveis para download no próprio sítio do Inep.

O segundo índice aplicado para a regressão foi o Índice de Desenvolvimento da Educação



Básica (Ideb), também elaborado pelo Inep/MEC.<sup>5</sup> O Ideb é calculado pelo Inep a partir da multiplicação de um indicador de fluxo relativo à unidade federativa desejada, que afere a taxa de aprovação dos estudantes, e uma nota padronizada de desempenho de língua portuguesa e matemática entre o Saeb e o Prova Brasil. Por este motivo, o Ideb também é calculado apenas em anos ímpares e, para os anos pares, foi necessário repetir as cifras do ano anterior. Para a base de dados, foram utilizados os valores do Ideb para: a) os anos iniciais, que englobam da primeira à quinta série; b) os anos finais, que compreendem da sexta à nona série; e c) o ensino médio, que é composto pelo primeiro, segundo e terceiro ano do período. O índice utilizado para as regressões foi o Ideb do Ensino Médio, pois se refere aos jovens em idade legal de participar dos escrutínios nacionais.

### **3.1.3. Índices de Qualidade dos Senadores**

Uma discussão importante, mais específica desta pesquisa, é a decisão de utilização da chapa eleita como unidade elementar. O que significa oferecer ao eleitor o benefício da dúvida sobre o seu conhecimento amplo da chapa que ele elegeu para representá-lo no Senado. Empiricamente, há suspeitas sobre a capacidade do cidadão de conhecer quem são todos os candidatos em que está realmente votando. Não foram poucos os casos de suplentes que assumiram o cargo ao longo das sessões legislativas e para este trabalho, foi utilizada a metodologia de utilizar o senador que estava ocupando o cargo em 31 de dezembro do respectivo ano. A escolha deu-se por algumas razões. Por lógica, espera-se que o titular tenha o bom senso de escolher suplentes com valores e idoneidade semelhantes à vossa, pois no final do mandato, ele que será referendado ou não nas urnas. Na prática, pressões políticas e contextos familiares ou regionais específicos nem sempre permitem que isso ocorra. Ainda sim, a compatibilidade é uma premissa considerada para a escolha da chapa. Outro motivo é que a amostra seria relativamente mitigada caso fossem excluídos os anos de efetivo mandato da suplência e, principalmente, engendraria um desequilíbrio amostral desnecessário entre os estados. Alguns estados em particular, como a Paraíba e o Tocantins, utilizaram senadores substitutos por diversos mandatos, enquanto outros, Rio Grande do Sul e Pará, mantiveram os senadores eleitos ao longo de todas as legislaturas da pesquisa. Por fim, e mais importante, ainda que nem todos o façam, é dever de um eleitor consciente saber quem são todos os representantes em que ele está votando para o cargo, afinal, como este trabalho demonstra, por motivos diversos o suplente é efetivado e toma as decisões do cargo. Como um dos objetivos

---

<sup>5</sup> Os dados do Ideb foram encontrados na plataforma do QEdU na internet.

deste trabalho é correlacionar a escolaridade com a capacidade de escolher representantes melhores, acredita-se que a sapiência geral sobre a chapa faça parte desta escolha.

A mensuração da qualidade inerente ao exercício de um Senador é uma questão complexa, laboriosa e, sobretudo, polêmica. Os índices criados com instrumentos de coleta e de análise dos dados que utilizam determinados conceitos ideológicos, ou certos expedientes como cálculo da verba de cada gabinete, gastos diversos do senador durante o mandato ou, ainda, a quantidade de projetos de leis encaminhados e aprovados no seio de sua legislatura como parlamentar no Congresso Nacional como constante de valoração final dos atores legislativos, amiúde, geram resultados muito parciais.

A realidade é que vários desses instrumentos são de inquestionável parcialidade em relação ao viés político do elaborador. Julliana Miranda (MIRANDA, 2015), em seu trabalho final para o Instituto Legislativo Brasileiro, discorre sobre alguns dos principais Modelos de Avaliação Parlamentar autóctones como, por exemplo, Ranking do Progresso, Ranking dos Políticos, Atlas político, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e o Congresso em Foco. Ela cita, por exemplo, viés ideológico no sítio Ranking dos Políticos *“pois os elaboradores do site colocam que pontos variam positiva ou negativamente de acordo com a votação dos políticos na direção de “atrapalhar” ou “ajudar” o Brasil.”* (MIRANDA, 2015, p. 33). Ora, se o grupo valoriza políticas públicas de direita ou esquerda, conseqüentemente irá graduar melhor as votações em legislações de acordo com sua afinidade ideológica. Tal índice tem valor especial para indivíduos que desejam apoiar parlamentares que corroboram com suas ideias. Infelizmente, sua utilização macularia invariavelmente o atributo da imparcialidade acadêmica para esta pesquisa particular. Da mesma forma, contabilizações de projetos encaminhados e aprovados dependem de atributos que, muitas vezes, independem da qualidade do senador e dependem de veras da conjuntura política momentânea. A utilização de verbas de gabinete confrontaria realidades de pecúlio de cada senador e de seu respectivo partido. Há senadores mais abastados que renunciam mesmo ao salário de legislador, cuja realidade não é possível para todos. Tal comparação pareceu iníqua para mensurar a qualidade legislativa de cada estado brasileiro.

Destarte, para este trabalho, buscou-se atrelar a qualidade dos senadores aos índices de avaliação parlamentar que utilizam bases comparativas de caráter objetivo, procurando-se ao máximo a ‘neutralidade’. O primeiro indicador utilizado foi a assiduidade do parlamentar nas sessões legislativas oficiais do Senado Federal. A assiduidade é contabilizada pelo grupo Congresso em Foco, que soma o universo de sessões possíveis de presença no ano, as presenças

do senador, as ausências e as ausências justificadas. Como medida de assiduidade a ser aplicada nas regressões, este trabalho utilizou as porcentagens, ao longo do ano, de faltas totais e as porcentagens de faltas sem justificativa de cada parlamentar. A justificativa do uso de porcentagem é a variação do número de sessões de ano para ano e porque para o ano de 2015 só foram encontradas as listas de presença do primeiro semestre. Os anos de 2014 e 2018 não estão disponibilizados na internet a especulação deste trabalho é que sejam anos eleitorais cuja diáspora no Senado seja grande em virtude das penosas campanhas políticas. O ano de 2020, por sua vez, não teve contabilização em virtude da pandemia de Covid-19, que exigiu sessões remotas da casa legislativa e dificultou o trabalho de contabilização de absentéismo geral.

O segundo índice utilizado é calculado também pela equipe do sítio Congresso em Foco. Segundo o sítio, o indicador Nível de Transparência *“leva em conta 11 indicadores de transparência digital e a primeira rodada de coleta de informações foi feita entre os meses de julho e agosto de 2020.”* (RADAR DO CONGRESSO, 2021). Os onze indicadores são compostos por dados do senador como: quantidades de redes sociais, existência de sítio próprio, publicações recentes, publicação da agenda de compromissos, publicação das justificativas de gastos do gabinete, além da resposta a um questionário individual enviado por e-mail para cada gabinete parlamentar. Os critérios e porcentagens para o cálculo da valorização final de cada parlamentar encontram-se no sítio do Congresso em Foco na internet. Infelizmente, para este índice, foram encontrados dados apenas dos senadores eleitos em 2014 e 2018 e que estão ativos no Congresso. Em contato telefônico com organizadores do sítio, foi informado que o sítio não guarda ou não realizou o índice para legislaturas anteriores.

O terceiro índice é baseado em critérios anticorrupção valorados pelo grupo Ranking dos Políticos. Para eles, *“Os parlamentares condenados em crimes, principalmente contra a administração pública, ou que respondem a inquéritos do STF, perdem pontos no Ranking dos Políticos.”* (RANKING DOS POLÍTICOS, 2020). O sítio desenvolveu uma metodologia para graduação dos processos judiciais e administrativos a que respondem os parlamentares. Os dados encontram-se no sítio do grupo na internet. Lamentavelmente, da mesma forma do item anterior, não foi possível dados das legislaturas anteriores a 2014 ou de senadores que não estejam ativos atualmente. O sítio não respondeu às tentativas de contato por e-mail para esclarecer o assunto.

Por fim, características pessoais dos cento e noventa e seis senadores foram pesquisadas na

internet em sítios pessoais, canais do Superior Tribunal Eleitoral, sítio da equipe Poder 360<sup>6</sup> e, principalmente, no próprio sítio do Senado Federal. Além da idade real dos senadores em cada respectivo ano de regressão, incluiu-se, também, o gênero declarado, masculino ou feminino. Para correta alocação numérica dos dados, o gênero feminino foi declarado como (0) e o masculino como (1).

### 3.1.4. Tabela com Resumo dos Dados

Após as explicações supracitadas sobre as coletas dos dados necessários à confecção deste trabalho, eis o quadro-resumo das informações adquiridas (**Error! Reference source not found.**):

**Tabela 1: Descrição das variáveis**

RESUMO	
ANOS	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
ESTADOS	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO
SENADORES_ELEITOS	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
SENADORES_ANO	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
SENADORES_ESTADO	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO
SENADORES_LISTA	AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RS SC SE SP TO
ANALFABETOS_ESTADO_ANO	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
ANOS_ESTUDO_ESTADO	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
ESCOLARIDADE_ESTADO	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
IDHM_EDUCAÇÃO_ESTADO	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
IDEB_ESTADO	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
SAEB_ESTADO	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
SENADORES_LISTA_PROCESSOS	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
SENADORES_TRANSPARÊNCIA	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
SENADORES_ASSIDUIDADE	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
ESTADOS_ESTATÍSTICAS*	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
*POPULAÇÃO	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
*ELEITORES_APTOS	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
*COMPARECIMENTO	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
*ABSTENÇÃO	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
*VOTOS_EM_BRANCO	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
*VOTOS_NULOS	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020
*VOTOS_VÁLIDOS	2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020

	Dados existentes
	Dados repetidos do ano anterior
	Média dos anos adjacentes

<sup>6</sup> <https://eleicoes.poder360.com.br/>

## Dados inexistentes

Fonte: Portal do Senado Federal; Poder 360; Atlas Brasil; Todos pela Educação; Pnad/IBGE; PnadC/IBGE; Censo/IBGE; Tribunal Superior Eleitoral; Portal QEdU; Saeb/Inep/MEC; Ideb/Inep/MEC; Congresso em Foco; Ranking dos Políticos

### 3.2. ANÁLISE DESCRITIVA

A análise peremptória dos dados extraídos das diversas fontes plausíveis requer a busca por indícios ou propensões capazes de elucidar fenômenos reais. A veleidade neste trabalho é a busca de correlações entre a escolaridade da sociedade, dividida por unidades federativas de âmbito estadual, e apanágios de qualidade referentes aos senadores das respectivas células estaduais. Para tal desígnio, apresenta-se na Tabela 2 uma análise descritiva da base de dados geral montada para esta pesquisa onde pode-se vislumbrar média, desvio-padrão, mínimos e máximos de cada variável demonstrada:

**Tabela 2: Análise Descritiva**

ESTATÍSTICAS	MÉDIA	DESVIO-PADRÃO	MÍN	MÁX
Gênero Senador (% Masculino) <sup>7</sup>	0,87	0,34	0	1
Idade Senador	60,66	10,65	36	90
% Analfabetos por Estado	9,55	5,43	1,70	24,33
Média Anos de Estudo por Estado	10,42	1,04	8,30	12,80
% População Ensino Fundamental por Estado	55,06	8,60	35,92	77,86
% População Ensino Médio por Estado	42,05	8,51	24,47	67,44
% População Ensino Superior por Estado	13,24	5,00	5,01	34,31
IDHM Educação Estado	0,69	0,06	0,52	0,84
IDEB Anos Iniciais Estado	5,05	0,88	0	6,80
IDEB Anos Finais Estado	4,01	0,57	2,50	5,20
IDEB Ensino Médio Estado	3,41	0,43	2,60	4,70
SAEB Português Estado	264,91	12,54	239,00	293,03
SAEB Matemática Estado	267,50	13,96	242,00	298,32
Processos Senador	-0,25	0,70	-4	0
Índice Transparência Senador	1,24	0,84	0	5
% Faltas Totais por Senador	13,65%	10,85%	0 %	78,67%

<sup>7</sup> Conforme APÊNDICE A – Glossário da Base de Dados.

% Faltas Injustificadas por Senador	2,90%	4,20%	0 %	66,67%
População Estado	7537,56	8835,76	427,00	46289,33
População Estado (em ln)	8,42	1,03	6,06	10,74
Eleitores Aptos Estado	5246,67	6365,95	271,89	33032,37
% Comparecimento Estado	0,81	0,03	0,75	0,90
% Abstenção Estado	0,19	0,03	0,10	0,25
% Votos Brancos Estado	0,08	0,03	0,03	0,12
% Votos Nulos Estado	0,13	0,05	0,06	0,33
% Votos Válidos Estado	0,79	0,06	0,60	0,91

Fonte: Portal do Senado Federal; Poder 360; Atlas Brasil; Todos pela Educação; Pnad/IBGE; PnadC/IBGE; Censo/IBGE; Tribunal Superior Eleitoral; Portal QEdU; Saeb/Inep/MEC; Ideb/Inep/MEC; Congresso em Foco; Ranking dos Políticos

Primeiramente, ao analisar-se os apanágios individuais dos senadores, nota-se a quase cabal hegemonia masculina perante os parlamentares do período analisado. Segundo este levantamento, 87% dos mandatos entre 2011 e 2020 foram preenchidos por senadores do gênero masculino. Destaca-se, neste quesito, o estado do Rio Grande do Norte, único estado com três mulheres a assumirem mandatos nessas três legislaturas, seguido de Amazonas, São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, com 2 senadoras no período. No total, apenas 23 mulheres assumiram mandatos no Senado no período supracitado de um universo de 195 senadores. No aspecto da idade, analisando a idade real de cada parlamentar no determinado ano legislativo, a média ficou em 60,66 anos, sendo o desvio-padrão de 10,65 anos. Com efeito, a maioria dos senadores teve idade entre 50 e 70 anos. O mais novo foi o senador Irajá Silvestre (PSD/TO) com apenas 36 anos, em 2019, e os mais velhos foram os senadores Eptácio Cafeteira (PTB/MA), em 2014, e Garibaldi Alves, suplente em 2013 (MDB/RN) com 90 anos cada.

Sobre a educação nos estados brasileiros, há alguns dados intrigantes. Há um decréscimo contínuo em todos as unidades da federação nas taxas de analfabetismo, não obstante, com abismais diferenças entre eles. Ao longo dos dez anos, Alagoas obteve a nefasta liderança percentual da taxa de analfabetismo em sete deles. Piauí ficou em primeiro em 2012, 2013 e 2015. Os números desses estados surpreendem por serem acima do dobro da média do período para todos os estados, de 9,55% no começo da base. Ao final, ambos ainda se encontram pelo menos 50% acima da média. Para piorar a base comparativa, as melhores unidades federativas: Distrito Federal (7 anos), Rio de Janeiro (4 anos, 1 empate com o DF) e Santa Catarina (1 ano) demonstram índices próximos ao de países desenvolvidos, obtendo Santa Catarina uma taxa de analfabetismo de meros 1,7%, em 2020. Infelizmente, apesar dos avanços, a taxa de Alagoas

continua oito vezes maior do que a do Distrito Federal, entre 2011 e 2020. Satisfatoriamente, quando o quesito é “Anos de estudo para indivíduos entre 18 e 29 anos”, o Distrito Federal se mantém como um dos baluartes educacionais do país, liderando em nove dos dez anos e obtendo o índice máximo de 12,8 anos de estudo, em 2020. São Paulo, outrossim, se destaca ao empatar com o DF em três anos e liderar em 2016. Todavia, a posição lúgubre de Alagoas também é mantida neste item, onde lidera o nível mais baixo por nove anos, ultrapassando somente a Paraíba em 2020. O desvio-padrão é relativamente baixo para anos de estudo, 1,04, o que demonstra certa homogeneidade entre as unidades federativas. Para o tópico da porcentagem de cidadão maiores de 25 anos que completaram o ensino fundamental ou médio, a discrepância volta a ser abismal, com diferença de mais de 30% entre o líder Distrito Federal (77,31 e 67,44%, respectivamente) e o mais mal colocado, Alagoas (45,91 e 34,98%), em 2020. A diferença manteve-se praticamente inalterada entre os estados ao longo do período e, também, o alto desvio-padrão para ambos os níveis de escolaridade. O desvio-padrão, por sua vez, cai para o ensino superior em virtude da porcentagem de indivíduos menores de 25 anos que completam este nível educacional ser acentuadamente menor em todo o país. No DF, por exemplo, que lidera em todos os níveis, os dados para ensino fundamental, médio e superior em 2020 são de 77,31%, 67,44% e apenas 33,85%, respectivamente. Para o MA, que é o pior estado na questão nível superior, o decréscimo é de: 49,10%, 36,84% e 9,07%. Ambos DF, MA e AL continuam em extremidades opostas no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), contudo, o líder positivo cambia para São Paulo, com 0,830, em 2017, último ano de aferição do índice. Alagoas mais uma vez lidera negativamente, com 0,640, ao lado de SE. A média é de 0,69 e o desvio-padrão é de 0,06.

Na seção com dados referentes à qualidade da educação há paradigmas que são mantidos como, por exemplo, há estados da região nordeste perambulando entre as piores posições e Santa Catarina e São Paulo entre os melhores. Todavia, nestes dados sobre a melhora qualitativa da educação nos estados, há notória melhoria em estados como Alagoas e Piauí, que estavam atrás nos dados estatísticos sobre educação supracitados e nos dados iniciais do Ideb. Um relevante dado positivo é a ascensão, em 2019, do estado de Goiás ao topo do índice nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. O lado negativo fica pela inclusão dos estados do Norte às piores notas gerais. Com poucas exceções, os piores estados dos anos iniciais mantem a colocação até o ensino médio. Para o Saeb, há grande variação entre os estados. Enquanto a pior nota geral de Língua Portuguesa ficou com o Maranhão em 2013, a melhor nota foi agraciada pelo Espírito Santo em 2019. A mesma colocação foi estabelecida para a prova de

Matemática. Interessante pensar que na maioria dos casos a nota de Língua Portuguesa e Matemática oscilam juntas, demonstrando uma degradação geral na qualidade de ensino para determinados estados e mostrando relação positiva e negativa na qualidade ampla de ensino em cada estado particularmente.

A parte sobre a qualidade da legislatura dos senadores requer atenção para a forma de mensuração dos dados, explicada no último subcapítulo. Sobretudo para os dois primeiros quesitos: processos e transparência do parlamentar. Em relação aos processos a que responde o senador, vale ressaltar que o sítio Ranking dos Políticos elabora notas diferentes para cada tipo de processo judicial e administrativo, cuja pontuação é destrinchada para o público em seu portal. Destarte, ainda que certos parlamentares respondam a mais processos que outros, a pontuação nem sempre será diretamente proporcional, mas seguirá uma lógica de majoração em virtude do seu potencial danoso à sociedade. Assim, o último classificado desta estatística é o senador Acir Marcos Gurgacz que recebeu a nota -4,0 por sua acusação em crimes contra o sistema financeiro. Entre os 86 senadores que foram graduados pelo portal, 68 receberam nota 0, sendo que 58 não tiveram qualquer processo encontrado. Outros 10 respondem a processos de menor caráter agressivo ou que não há indícios do seu envolvimento. A média das notas dos senadores em todos os anos é de -0,25. Um número interessante, se considerarmos que políticos desse status deveriam ser indivíduos idôneos, previamente julgados pelo crivo da sociedade. Ademais, o Tribunal Superior Eleitoral já mitiga previamente parlamentares com sentenças em processos transitados e julgados sob a égide da validade da Lei da Ficha Limpa no Brasil. O desvio-padrão de 0,70 também evidencia uma mácula relativa entre os senadores do país. O ranking de Transparência do Congresso em Foco, por sua vez, é um Ranking extremamente agregador, considerando que a imensa maioria dos senadores receberam apenas uma estrela de avaliação. Para se ter ideia, apenas um senador, Oriovisto Guimarães (Podemos/PR), recebeu a avaliação máxima de 5 estrelas. Dos 86 senadores com avaliação pelo portal, 69 receberam nota 1, o que justifica a média, 1,24 estrela, muito próxima dessa nota e o desvio-padrão muito baixo, 0,84. Na extremidade oposta, 5 senadores receberam nota 0, em virtude da considerada baixa interação e transparência com o público.

As faltas dos parlamentares é um assunto polêmico e cuja mensuração requer atenção às diversas peculiaridades da vida pessoal e profissional individual de cada senador. Um exemplo famigerado é o do senador Lobão Filho (MDB/MA). Em 2011, ele teve a porcentagem máxima de faltas dentro de um período coletado para esta pesquisa, 78,67%, ao lado de Jader Barbalho (MDB/PA, em 2019). O senador Lobão Filho atribuiu as suas faltas a um acidente de carro em



que ele foi vitimado em maio daquele ano e o deixou em uma Unidade de Terapia Intensiva por três semanas. Todavia, 10,67% das faltas do senador no ano não foram justificadas e a sua mãe também liderou as faltas legislativas na Câmara dos Deputados. Jader Barbalho, por sua vez, está sempre entre os líderes em ausência das sessões do Senado Federal. O senador, não obstante empatar na liderança em 2019, também foi o primeiro em faltas em 2013, 2016, 2017, além de ser o segundo mais faltoso em 2012. Ademais, o senador também é um dos líderes em faltas não justificadas com 19,78% de faltas, em 2016. O senador com maior porcentagem de faltas em um único ano legislativo foi Sodré Santoro (PTB/RR) em 2012, com 66,67%. No lado positivo, 15 senadores ficaram pelo menos um ano completo sem se abster do Senado. Destaque para o senador José Reguffe (Podemos/DF) que logrou permanecer quatro anos, não consecutivos, sem qualquer ausência (2015, 2016, 2017 e 2019). A média de ausência dos senadores no período foi de 13,65% das sessões oficiais do Senado e o desvio-padrão foi de 10,85%. Ao serem contabilizadas somente as faltas injustificadas, há uma notória melhoria do absenteísmo: 51 senadores obtiveram 100% de presença durante o período. Outrossim, há uma melhora na média de faltas, que tomba para 2,90% com desvio-padrão de 4,20%.

Sobre os dados estatísticos estaduais de população e eleitorais, percebe-se que o Brasil saiu de uma população total de 190.732.694 pessoas em 2010 para uma estimativa de 212,6 milhões em 2021. Conforme esperado, o estado mais populoso do país é São Paulo com uma variação de 41.262 mil indivíduos em 2010 para uma estimativa de 46.289 mil, em 2020. Por outro lado, o estado menos populoso é Roraima, com uma população que variou entre 427 e 631 mil habitantes no período. A população média dos estados no período foi de 7.537 mil e o desvio-padrão, 8.835 mil. A quantidade de eleitores aptos não é proporcional à população por estados. Por exemplo, São Paulo tinha em 2018, 33.032 mil eleitores aptos, ou 73% da população. Enquanto Roraima, com a menor população, tinha 333 mil eleitores aptos, ou 65% dos habitantes. Tais variações podem refletir inúmeros fatores, perpassando a idade dos habitantes do estado, taxa de urbanização, escolaridade etc. É pouco provável que tenha relação com o interesse local pela participação política, pois Roraima lidera o comparecimento às urnas em 2 das 3 últimas eleições com números consideravelmente acima da média nacional de 81%; Roraima tem 86% de presença nas eleições de 2010 e 2018. Contudo, a melhor presença eleitoral do período foi do Amapá em 2014, com quase 90% de comparecimento. As piores presenças nas urnas em 2 dos 3 anos foram registradas no estado do Maranhão em 2010 e 2014 com 76% e no Mato Grosso, com 75%, em 2018.

Por fim, os votos brancos, nulos e válidos para senadores engendram um potencial interessante

para estudos recorrentes. Os estados com menores percentuais de votos brancos e nulos e, conseqüentemente, maior percentual de votos válidos ao longo das três eleições foram da região norte, especialmente, Acre, Amazonas, Amapá e Roraima. Estados supostamente mais ricos como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo têm a liderança de votos em branco. Todavia, a tendência não é mantida para os votos nulos, onde eventos pontuais parecem ter influenciado o resultado nos estados líderes e que fugiram bastante não só do padrão de outras eleições no estado, como da média de 13% entre as unidades estaduais neste estudo. O Pará, por exemplo, teve a maior taxa de votos nulos e a menor de votos válidos em 2010, com 33,27% e 59,71%, respectivamente. Nos dois sufrágios seguintes os valores são mais razoáveis, próximos das médias nacionais.

### 3.3. ESTIMAÇÕES

Após a tarefa de coleta pormenorizada dos dados necessários à consecução deste trabalho, iniciou-se a proposta de catalogar, organizar e calcular as fórmulas mandatórias que pudessem indicar qualquer espécie de correlações entre a qualidade dos senadores brasileiros e a escolaridade intrínseca aos vinte e seis estados e o Distrito Federal.

Como supracitado, os dados foram alocados em três apanágios próprios a serem comparados entre si, a ver:

a) A variável “Y” foi composta por características relativas à qualidade de cada senador listado. Este conjunto é composto por três itens: i) nota referente aos processos, variando de -4 a 0; ii) faltas totais do senador no ano, entre 0% e 78,67%; e iii) faltas não justificadas do senador no ano, também entre 0% e 66,67%. Para a regressão final, o item referente à transparência (entre 0 e 5) foi descartado em virtude da ausência de notas aplicadas a muitos senadores, além da grande quantidade de notas inferiores 0 ou 1 e poucas notas 5 (apenas 2). Tais resultados encontrados poderiam demonstrar conflitos metodológicos para aferição da escala de transparência, o que enfraqueceria esta pesquisa, contrariando o intento de melhorar sua robustez, e, por isso, foram retirados;

b) A variável “X” de interesse foi, inicialmente, constituída por onze componentes referentes aos índices educacionais peculiares de cada estado perante a conjuntura anual da educação e perante o conhecimento dos alunos em si. Este conjunto é formado por: i) porcentagem de analfabetos, variando entre 1,70% e 24,33%; ii) anos de estudo da população, entre 8,30 e 12,80

anos; iii) escolaridade fundamental completa no estado, entre 35,92% e 77,86%; iv) escolaridade ensino médio completo no estado, entre 24,47% e 67,44%; v) escolaridade ensino superior completo no estado, de 5,01% a 34,31%; vi) IDHM Educação, com resultados entre 0,52 e 0,84; vii) IDEB Anos Iniciais do ensino fundamental, com notas entre 0 e 6,80; viii) IDEB anos finais do ensino fundamental, com valores de 2,50 a 5,20; ix) IDEB Ensino Médio, com notas entre 2,60 e 4,70; x) SAEB Português no estado, com notas entre 239,00 e 293,03; e xi) SAEB Matemática, com notas de 242,00 a 298,32. Ao final, conforme explicação contida no próximo subitem, apenas a variável “ix” foi utilizada para estimação, a despeito das demais valorosas coletas;

c) Por fim, foram inseridos quatro dados relativos ao controle intrínseco às regressões lineares simples: i) População de cada estado, alterando entre 427.000 e 46.289.330 habitantes. Em virtude de os valores serem muito altos e sofrerem grande variação, optou-se por utilizar seu valor logaritmo o que resultou em uma variação de 6,06 a 10,74; ii) Eleitores aptos ao sufrágio em cada estado, de 271.890 a 33.032.370; iii) Comparecimento nas eleições de 2010, 2014 e 2018, variando entre 75,44% e 89,56%; e iv) Votos válidos nos estados, com variação entre 59,71% e 91,16%. Ademais, foram incluídos outros três controles referentes às características específicas de cada senador, como: v) Gênero, 0 (mulher) ou 1 (homem); vi) Idade, encontradas entre 36 e 90 anos; vii) Escolaridade do senador, categorizada entre 1 (alfabetizado) e 4 (superior completo).

### 3.3.1. Regressão Linear Simples

Para definição de correlações válidas e relevantes, foram conectadas todas as variáveis X e Y entre si, numa relação das quatro variáveis “Y” com as onze variáveis “X”, perfazendo um total de quarenta e quatro resultados que pudessem evidenciar proeminentes laços relacionais entre a escolaridade estadual e a eleição de melhores representantes para o Senado Federal. Os sete controles foram inseridos posteriormente e paulatinamente para verificação da robustez do  $\beta_i$  de interesse. A fórmula cabal ficaria com a seguinte estrutura:

$$Y_{ste} = \beta_0 + \beta_i * Ideb_{te} + \beta_{ii} * Pop_{te} + \beta_{iii} * C_{te} + \beta_{iv} * V_{te} + \beta_v * G_{ste} + \beta_{vi} * I_{ste} + \epsilon_i$$

Onde:

- $Y_{ste}$  é uma variável dependente que identifica a qualidade de cada senador “s” em determinado ano “t” no estado “e”;
- $Ideb_{te}$  é uma variável independente que representa a nota do estado “e” do senador para o índice IDEB Ensino Médio em determinado ano “t”;
- $Pop_{te}$  é uma variável independente de controle que contabiliza o valor absoluto ou logarítmico da população total em determinado ano “t” para cada estado “e”;
- $C_{te}$  é uma variável dependente de controle que indica a porcentagem de comparecimento à urna em determinado ano “t” para cada estado “e”;
- $V_{te}$  é uma variável dependente de controle que indica a porcentagem de votos válidos na eleição mais recente ao ano “t” para cada estado “e”;
- $G_{ste}$  é um vetor de variáveis dependente que indica o Gênero do senador “s” em cada ano “t” e estado “e”;
- $I_{ste}$  é uma variável dependente que indica a idade de determinado senador “s” em cada ano “t” e estado “e”;
- $\epsilon_i$  é o termo de erro aleatório.

Por fim, foi vital a inclusão do efeito fixo de tempo (“t”) para que o resultado aferido incluísse todos os dados coletados ao longo dos anos pesquisados. Para isso, foi inserida na programação ciclos capazes de incluir a amostra de 2011 a 2020. Ademais, para cada ano, há oitenta e um senadores “s” em uma soma total de oitocentos e dez observações, incluídos através do efeito fixo “Senadores\_n”.<sup>8</sup>

### 3.3.2. Tabelas

Em virtude da grande quantidade de regressões possíveis, optou-se pela escolha da correlação entre apenas uma variável independente e três dependentes que poderiam representar satisfatoriamente a conexão proposta entre a qualidade dos senadores e a escolaridade da

---

<sup>8</sup> As regressões foram calculadas por meio do software Stata.

população estadual. O Ideb Ensino Médio foi escolhido por ser um índice fidedigno do aumento de escolaridade entre cidadãos que possuem duas características compatíveis com esta pesquisa: estão em idade escolar e têm a possibilidade de votar.

O indicador desenvolvido para representar a variável independente X foi o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para o Ensino Médio (IDEB\_EM), cujos valores foram cabalmente incluídos na planilha de base de dados para serem relacionados com três variáveis dependentes Y: Faltas Totais; Processos; e Faltas Injustificadas; que foram comparadas nesta ordem, conforme as tabelas inseridas abaixo. Ademais, incluiu-se dados referentes ao controle da regressão como cinco itens considerados de maior relevância, a ver: logaritmo da população total do estado no ano coletado, comparecimento de eleitores à eleição anterior ao ano considerado, votos válidos na eleição anterior ao ano, gênero do senador ativo e idade do senador no ano da legislatura.

A **Tabela 3: Regressão de Processos Ln** exibe a primeira correlação a ser considerada para esta pesquisa. Os títulos das tabelas referem-se reiteradamente às variáveis dependentes Y, tendo em vista que a variável independente X de interesse será a mesma para todas elas, o IDEB\_EM. A **Tabela 3: Regressão de Processos Ln** refere-se às correlações entre o IDEB\_EM e a graduação do sítio Ranking dos Políticos para Processos Judiciais e Administrativos a que o Senador responde durante o seu mandato, a ver:

**Tabela 3: Regressão de Processos Ln**

VARIABLES	(1) Processo	(2) Processo	(3) Processo	(4) Processo	(5) Processo	(6) Processo
IDEB_EM	0,187*** (0,0565)	-0,00105 (0,00111)	-0,00107 (0,00113)	-0,000911 (0,000981)	-0,000911 (0,000983)	-0,0699** (0,0293)
ln_pop		0,0171 (0,0182)	0,0174 (0,0187)	0,0185 (0,0197)	0,0185 (0,0198)	-0,598** (0,292)
Comparec			0,00545 (0,00658)	0,00320 (0,00502)	0,00321 (0,00503)	-0,0736 (0,116)
Validos				0,00312 (0,00377)	0,00312 (0,00378)	0,0825 (0,0647)
Genero					-0,000194 (0,000208)	0,170** (0,0704)
Idade						0,0164** (0,00676)
Constant	-0,913*** (0,205)	-0,393*** (0,149)	-0,400** (0,157)	-0,410** (0,167)	-0,410** (0,167)	3,874* (2,129)
Observations	351	351	351	351	351	351

R-squared	0,016	0,000	0,000	0,000	0,000	0,606
Number of Senadores_n		85	85	85	85	85

Robust standard errors in parentheses

\*\*\* p<0,01; \*\* p<0,05; \* p<0,1

Pela **Tabela 3: Regressão de Processos Ln** percebe-se algumas discrepâncias nessa correlação, sobretudo no cálculo dos quadrados das relações R. Enquanto a parametrização com até quatro controles não retornou cifras que pudessem ser úteis para a pesquisa, a regressão com todas as variáveis independentes retornou um número expressivamente alto de determinação, especificamente 60,6% da variação da amostra pode ser explicada pelo modelo linear. A importância da supracitada relação  $r$  é demonstrar que a correlação é estatisticamente igual a zero para os quatro primeiros e significativo para o último. Este valor foi obtido para um universo de 85 senadores por anos, lembrando que os dados dos Processos no sítio do Ranking dos Políticos apenas abarcavam Senadores que estivessem ativos na data da coleta dos dados. Foi possível expandir a correlação para Senadores que foram reeleitos, mas não para os demais. Isso resultou em um número um pouco maior que a metade das observações da variável Faltas Totais, de 351. Não obstante, ao contrário dos indicadores posteriores, foi possível inferir um coeficiente  $\beta$  para o controle Gênero, no valor de 0,170, quando incluídas todas as variáveis independentes. Estimação essa relativamente significativa, com P-valor menor que 0,05.

Infelizmente para este estudo, o coeficiente  $\beta_i$ , que representa a estimação da correlação entre as variáveis principais IDEB\_EM x Processos, não tem valor estatisticamente significativo para as estimações com os controles  $Pop_{ste}$ ,  $C_{te}$ ,  $V_{te}$  e  $G_{ste}$ . Neste caso, com o controle  $Pop_{ste}$  vislumbrado em base logarítmica, há uma melhora na significância do P-valor da correlação com a inclusão de todos os controles e, outrossim, com a ausência de todos. Para nenhum controle, o coeficiente  $\beta_i$ , passa a ter erro padrão robusto menor que 0,01 e valor positivo de 0,187. Enquanto para todos os controles, após a inclusão do controle de idade do senador ( $I_{ste}$ ), há a manutenção do viés invertido anterior, da ordem de -0,0699, contudo, com P-valor melhorado de  $P<0,05$ , o que indica que a diferença percentual entre as variáveis IDEB\_EM e Processos andam em linhas opostas na ordem de 0,0699. O coeficiente  $POP_{te}$ , que afere a população total em base logarítmica também segue a mesma tendência, com relevância estatística diferente de zero, da base de P-valor menor que 0,05, e com valor indiretamente proporcional de -0,598.

A **Tabela 4: Regressão de Faltas Totais Ln** resume a correlação entre o IDEB\_EM e o absentismo total do Senador durante as sessões legislativas de determinado ano, em porcentagem. Destarte, percebe-se que o quadrado da relação R, “R-squared” é relativamente baixo para todos os controles parametrizados. As cifras variam de 1,6%, 2,0%, 2,1%, 2,1% até chegar ao ápice de 2,7% do uso de X para explicação apropriada de Y pelo modelo linear. Além disso, não há valores do IDEB\_EM que possuam P valor relevante. Isso importa pela percepção de que os valores não são estatisticamente diferentes de zero para a maioria das porcentagens. Logo, não há correlação significativa entre nenhuma das variáveis utilizadas e o número de faltas totais. A constante  $\beta_0$  variou entre 0,359; 3,366; 3,438; e, por fim, 0,956, sendo esses os valores do Ideb\_EM quando as variáveis independentes forem zeradas. Para as quatro primeiras constantes, há um P-valor significativo menor que 0,05. O número total de Senadores/anos utilizados foi de 184 para o período de dez anos, o que gerou 566 observações totais. O controle relativo ao gênero foi preterido da correlação IDEB\_EM x Faltas Totais, pois não teve variação suficiente, não sendo possível seu controle.

Aqui a relação do coeficiente de interesse produziria uma relação estatística mais consistente com a pergunta de pesquisa, se houvesse significância estatística. Para o coeficiente estimado  $\beta_i$ , foram encontrados valores negativos para três dos controles, porém, infelizmente, tais valores não são estatisticamente diferentes de zero para a presença dos demais quatro controles, excluindo o controle de idade do senador.

**Tabela 4: Regressão de Faltas Totais Ln**

VARIABLES	(1) Falta_Total	(2) Falta_Total	(3) Falta_Total	(4) Falta_Total	(5) Falta_Total
IDEB_EM	-0,00160 (0,0247)	0,000854 (0,0250)	-0,000921 (0,0259)	-0,000921 (0,0259)	0,0142 (0,0245)
ln_pop	-0,347** (0,149)	-0,343** (0,152)	-0,348** (0,154)	-0,348** (0,154)	0,101 (0,279)
Comparec		-0,429* (0,245)	-0,399 (0,248)	-0,399 (0,248)	-0,464* (0,243)
Validos			-0,0576 (0,103)	-0,0576 (0,103)	-0,0697 (0,107)
o.Genero				-	-
Idade					-0,00698

Constant	3,059** (1,229)	3,366** (1,300)	3,438** (1,334)	3,438** (1,334)	(0,00426) 0,0956 (2,136)
Observations	566	566	566	566	566
R-squared	0,016	0,020	0,021	0,021	0,027
Number of Senadores	184	184	184	184	184

Robust standard errors in parentheses

\*\*\* p<0,01; \*\* p<0,05; \* p<0,1

A última tabela entre as selecionadas é a **Tabela 5: Regressão de Faltas Injustificadas Ln** que faz referência às conexões não deliberadas que podem existir entre o IDEB\_EM e o absenteísmo dos Senadores que não foram devidamente justificados perante a área administrativa do Senado Federal por motivos diversos durante o seu mandato. Segue a **Tabela 5: Regressão de Faltas Injustificadas Ln**

**Tabela 5: Regressão de Faltas Injustificadas Ln**

VARIABLES	(1) Falta_Injust	(2) Falta_Injust	(3) Falta_Injust	(4) Falta_Injust	(5) Falta_Injust
IDEB_EM	-0,00488 (0,00726)	-0,00574 (0,00710)	-0,00555 (0,00750)	-0,00555 (0,00750)	0,00167 (0,00778)
ln_pop	-0,338*** (0,0673)	-0,339*** (0,0655)	-0,338*** (0,0656)	-0,338*** (0,0656)	-0,124 (0,123)
Comparec		0,152 (0,116)	0,148 (0,124)	0,148 (0,124)	0,117 (0,127)
Validos			0,00644 (0,0494)	0,00644 (0,0494)	0,000660 (0,0508)
o,Genero				-	-
Idade					-0,00333** (0,00150)
Constant	2,885*** (0,559)	2,776*** (0,560)	2,768*** (0,560)	2,768*** (0,560)	1,172 (0,958)
Observations	566	566	566	566	566
R-squared	0,118	0,122	0,122	0,122	0,133
Number of Senadores	184	184	184	184	184

Robust standard errors in parentheses

\*\*\* p<0,01; \*\* p<0,05; \* p<0,1



A **Tabela 5: Regressão de Faltas Injustificadas Ln** não tem um interesse ampliado para esta pesquisa em virtude da ausência de respostas relevantes que o cálculo da regressão linear entre a variável independente de interesse IDEB\_EM e a variável dependente Faltas Injustificadas foram capazes de demonstrar. A apuração do coeficiente de determinação, quadrado das relações R, mostraram um grau de correlação superior em comparação com as outras variáveis supracitadas. De início o valor foi de 11,8%; perpassando por 12,2% por três vezes; até chegar ao algarismo final de 13,3% para todos os controles reunidos. De forma paulatina após a inclusão singular dos controles, é a comparação com melhor capacidade de ter a veledade de usar X como previsão de Y no modelo de linha reta. Importante, outrossim, ressaltar que esta correlação possui uma amostra mais vigorosa que a de Processos, contando com 184 senadores por anos relacionados e um resultado de 566 observações, contra 351 da correlação com a variável Processo.<sup>9</sup>

Para análise dos Betas desta regressão, vale ressaltar a relação entre as duas variáveis independentes, afinal, o conjunto das faltas injustificadas está contido no conjunto faltas totais. Assim, o  $\beta_i$  para esta regressão teve valores com uma relação inversa semelhante aos encontrados nas Faltas Totais, porém incapazes de dar mais robustez à pergunta de pesquisa. Da mesma forma que a regressão anterior, foram alcançados valores negativos de  $\beta_i$  para todos os controles inseridos um a um, com exceção da inclusão do controle de idade dos senadores em determinado ano. Assim como a regressão anterior, esta foi incapaz de encontrar significância estatística para a relação do IDEB\_EM x Faltas Injustificadas para todas as relações com diversos controles. A única correlação significativa é do logaritmo da população total e das faltas injustificadas, apresentando  $p < 0,01$ , além da idade, variável  $I_{ste}$ , com p-valor menor que 0,05. Pode inferir-se que há influência da idade dos senadores na quantidade de faltas, o que faz sentido pela percepção de que pessoas mais senis tendem a se ausentar do trabalho mais vezes por motivos de saúde e/ou dificuldade de locomoção diversa.

---

<sup>9</sup> Assim como a correlação com as Faltas Totais, não foi possível chegar a uma conclusão em relação ao gênero dos senadores, pois não tinha variação suficiente nesta variável e, portanto, ela foi omitida.

## 4. RESULTADOS

Primeiramente é vital relembrar uma frase de McClave et al. sobre inferências estatísticas, sobretudo visando a perscrutar as relações causais entre dados empíricos. Os autores afirmam que “(1) *uma alta correlação não implica necessariamente que uma relação causal exista entre  $x$  e  $y$  – apenas que uma tendência linear pode existir.*” (MCCLAVE; BENSON; SINCICH, 2009, p. 587).

Isso significa, antes de qualquer busca incessante por uma explicação que justifique os resultados encontrados, que por mais completa que seja a amostra identificada e por mais fidedignos que sejam os dados coletados, a correlação entre duas entradas de cifras pode não passar de uma grande coincidência matemática. Dito isso, cabe a este trabalho analisar o produto das regressões lineares realizadas e, assim, deduzir possíveis explicações científicas para os achados.

Antes de ingressar-se nos resultados, cabe avaliar o que a união da literatura apresentada com a lógica contextual esperaria das correlações apresentadas. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica aprecia com uma nota específica cada estado brasileiro e é uma referência aceita e utilizada como métrica da qualidade da educação nacional. Com ela, o estudo é capaz de ter um índice relevante de qualidade da educação estadual e que sirva como base de comparação nacional. A delimitação do escopo para o Ideb do Ensino Médio visa a incluir os alunos que, legalmente, possuem direito a voto e possam diretamente ter influência nos sufrágios para senador ao longo dos dez anos da pesquisa. A ideia é aferir se a qualidade do ensino de potenciais eleitores de estados com índices diversos durante o período estudado tenha influenciado a melhora no comportamento processual e de absenteísmo dos senadores eleitos do seu respectivo estado em comparação com outrem e com sua própria evolução no período. De fato, que uma educação melhor tenha desenvolvido o processo de escolha para que reflita em representantes mais compromissados e mais idôneos.

### 4.1. A EDUCAÇÃO DOS CIDADÃOS E A FICHA LIMPA DOS PARLAMENTARES

A causalidade neste quesito parece lógica sob uma miríade de fatores, mas ir-se-á ater a três

pontos que irrompem mais fortemente o espectro deste trabalho. Inicialmente, a determinada correlação encontrada entre os Processos Judiciais e Administrativos relevantes atribuídos pelo Ranking dos Políticos aos Senadores e a escolaridade da região geográfica a que ele pertence tem base na literatura no baixo engajamento civil das sociedades com escolaridade mais baixa. O primeiro citado neste a relacionar tais temas foi Thomas Dee que chegou à conclusão de que os resultados educacionais são claros fatores essenciais para o engajamento civil. Assim como, Filipe Campante e Davin Chor corroboram com essa visão a extrair da literatura que cidadãos mais educados tem “*maior viés no engajamento em praticamente todas as formas de atividade política, incluindo votar, comparecer a eventos políticos, manter-se informado, trabalhar em campanhas, fazer contribuições e assinar petições.*” (CAMPANTE; CHOR, 2012, p. 841). Ora, a lânguida participação popular na política por parte de populações de baixa escolaridade tem como uma das suas consequências o que Anna Maria Campos chama de aceitação passiva do domínio do Estado e, de lambuja, a aceitação dos atos das elites políticas sem contestação. Isso leva a notórios abusos e certa leviandade legal e ética perante as instituições por parte de parlamentares locais.

Um segundo ponto a ser considerado é que a diminuta habilidade de escolha de líderes aptos por parte de uma população com baixa escolaridade dificulta exponencialmente a aquisição de informações políticas a respeito da integridade dos candidatos ao Senado. Quanto a isso pregam Nie, Junn, e Stehlik-Barry a valia da educação nas habilidades cognitivas individuais para aquisição de informações políticas e o seu papel como agente facilitador no processo de adquirir, procurar e integrar todo o conhecimento político. (NIE, JUNN, E STEHLIK-BARRY apud CASSEL; LO, 1997, p. 319). Ademais, concorda Milligan ao perceber o mérito da educação para aumentar a habilidade de escolha dos cidadãos e atuar como fiscalizador de excessos de governos e corrupção dos expoentes políticos do país.

Por fim, o último ponto é direto ao relatar-se os estudos de Besley, Pande, e Rao (2005) que confrontam diretamente o maior índice de educação entre políticos a índices menores de corrupção aliado ao estudo de Monica Martinez-Bravo (2017) na Indonésia que percebe que a ampliação da educação de massa similarmente aumenta o nível educacional dos candidatos potenciais aos cargos políticos locais.

Apesar de todos esses fatores supracitados, as evidências estatísticas entre os coeficientes de interesse Betas não corroboram com a existência de certo grau de relação diretamente proporcional entre a quantidade de Processos de determinados Senadores e a escolaridade intrínseca de seus respectivos unidades federativas no período, como percebido na Regressão

IDEB\_EM e Processos. O aumento do Ideb para o Ensino Médio é acompanhado, infelizmente, de um aumento no número de processos dos senadores por anos.

#### **4.2. A EDUCAÇÃO DOS CIDADÃOS E O ABSENTEÍSMO PARLAMENTAR**

Este tópico não chegou a um entendimento que confere com a lógica teórica. Aparentemente, a noção empírica seria de que um Senador de pior qualidade teria um número maior de faltas não justificadas e que isso seria diretamente proporcional a uma qualidade inferior na educação por parte da comunidade por ele representada. As faltas totais, ainda que indesejáveis, carregam uma certa parcela de infortúnio quando relacionadas com, e.g., acidentes, doenças, licenças diversas etc. As faltas não justificadas, por sua vez, são maculadas na essência por prováveis adversidades, não obstante, o sujeito foi estouvado a ponto de não se preocupar em prestar esclarecimentos à sociedade sobre a sua ausência ou, pior, pode ter se caracterizado como próprio desprezo injustificável legalmente pela atividade parlamentar.

Neste trabalho, as correlações da baixa escolaridade com as faltas totais e não justificadas não são estatisticamente diferentes de zero para o ln da população, com P valor maior que 0,1 para todas as correlações.

Estas cifras não parecem ter embasamento com teorias acadêmicas no bojo dessa seara. Monica Martinez-Bravo, como dito anteriormente, preza pelo aumento do nível educacional, pela qualidade dos líderes políticos e por um impacto geral na efetividade da governança local em virtude da melhoria das condições de educação da população em geral (MARTINEZ-BRAVO, 2017, p. 256). A qualidade dos políticos e a melhoria da governança perpassa necessariamente pelo *accountability*, com ações de prestação de contas e responsabilização por seus atos. A justificativa das faltas é, necessariamente, um desses atos. Afinal, não é factível com a boa governança a omissão de amparar uma falta a uma sessão legislativa ou votação proeminente sem uma justificativa legal válida.

## 5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Espera-se que um aditamento nos níveis de escolaridade da população geral possa ser capaz de elevar a qualidade e a capacidade dos políticos tanto diretamente como forma de candidatura e posterior eleição de membros mais capacitados para lidar com políticas públicas e gestão da máquina estatal, como indiretamente, através de uma melhoria geral nos níveis de governança pública e das relações entre sociedade e governos. Os dados de outros trabalhos demonstraram a possibilidade de existência de uma relação cabal entre alguns apanágios de qualidade de representantes e o nível de educação contemporânea de seus cidadãos. Infelizmente, tal relação não pode ser encontrada nesta pesquisa. A quantidade e qualidade de processos têm variância negativa para cada ponto elevado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica para o Ensino Médio. Outros trabalhos aqui citados argumentaram que, por sua vez, políticos mais qualificados são capazes de entregar melhores resultados para a sociedade.

O tema referenciado pode, ademais, ser fundacional para pesquisas relacionadas. A correlação dos temas educação e política possibilita engendrar uma seara inaudita de trabalhos acadêmicos relevantes. Mais especificamente próximo a este trabalho, nota-se a oportunidade de realização de um trabalho mais abrangente envolvendo os membros da Câmara dos Deputados e, quiçá, o Congresso Nacional inteiro, com a capacidade de comparação peremptória entre ambas as Casas. A pertinência dessa pesquisa seria a chance de observação de qualquer comparação estatística no seio de um corpo legislativo cuja amálgama tem uma aparência de maior diversidade de membros. A dificuldade eleitoral de consenso da candidatura em torno de um nome do Senado, além da óbvia diferença quantitativa de componentes entre as casas – Senado com 81 e Câmara com 513 – aparentemente torna este um ambiente mais heterogêneo e que, talvez, seja um excelente alvo de futuros trabalhos. Sem descartar, claro, a comparação entre as próprias casas em um trabalho singular. Vale ressaltar que os sítios que serviram de base para este, como Congresso em Foco e o Ranking dos Políticos possuem em seus bancos de dados os mesmos dados também para a Câmara. Ao pesquisador caberia o levantamento meticuloso desses dados e a análise regressiva respectiva para ter acesso a resultados que podem ser interessantes.

Outros trabalhos relevantes podem emergir a partir da diversificação dos indicadores de qualidade por meio de novos critérios criativos, ainda que meticulosos. Este trabalho envidou-se em angariar um rol de qualidades peculiares de cada componente do Senado que não tivesse

qualquer relação com as percepções políticas ou ideológicas dos membros ou, claro, do autor deste trabalho. Não obstante, isso não significa que não seja possível a elaboração de uma pesquisa que inclua tais apanágios. O essencial é que o engenho possua natureza metodológica isenta e que não penalize determinado político ou estado pela sua essência de convicções ou princípios. Quiçá seja possível, e.g., delimitar ações de determinados senadores de acordo com a direção ideológica de seu partido e, a partir daí, criar a percepção do sentido de suas decisões legislativas e a veracidade da respectiva compatibilidade deste com aquele. No seio de cada composição ideológica partidária seria possível perceber se o nível de escolaridade estadual tem qualquer efeito sobre a conciliação das propostas legislativas de seus respectivos senadores, o que poderia ser percebido como relativa qualidade individual do parlamentar sem macular a isenção acadêmica peremptória. Outrossim, a criatividade deve balizar a busca por características capazes de diferenciar parlamentares de acordo com níveis de atividades legislativas habituais que permitam a construção de um arcabouço qualificado que possa ser comparado com os níveis de escolaridade de determinado escopo geográfico ou temporal possível.

Uma outra opção considerável seria a comparação da escolaridade e a satisfação popular com a labuta desempenhada pelos senadores de determinado mandato. Tal confronto poderia estabelecer correlações entre o nível educacional de determinado estado e o grau de aprovação do trabalho do senador para investigar possíveis compatibilidade entre anseios populares e a atividade parlamentar. Caso haja reveses na procura por pesquisas focadas na aprovação da população em estados menores, o trabalho pode ser focado para mensurar de certa forma a reeleição do parlamentar como forma de aprovação posterior das condutas do senador durante o mandato legislativo. O interessante é que tal pesquisa se direcionada para outro objetivo, com a adição de outras características poderia relacionar o poder de uma determinada elite em se manter no governo por mais tempo em detrimento da alienação de uma camada menos escolarizada da população. Claramente este dado sozinho não possibilitaria chegar a tal conclusão. Todavia, a inclusão de dados alternativos de apoio como, por exemplo, partidos ou estudos das redes de laços envolvidas entre os atores políticos estaduais, auxiliaria na elucidação desse dilema.

Por fim, é possível elucubrar diferentes modelos estatísticos capazes de correlacionar a escolaridade com a qualidade dos parlamentares, conforme dados coletados neste trabalho. Durante a confecção deste, houve evidências de que o método de componentes principais, e.g., poderia estabelecer correlações relevantes entre alguns dados selecionados para esta pesquisa.

Infelizmente, o tempo necessário para entrega do trabalho foi escasso para maiores averiguações.<sup>10</sup> Ademais, infinitas capacidades de interação podem ser averiguadas de forma que produzam resultados potencialmente úteis para a comunidade acadêmica. Espera-se que a notória utilidade da educação seja inferida cada vez mais no contexto da política para otimizar os ganhos peremptórios para toda a sociedade.

---

<sup>10</sup> Agradecimentos ao Professor Alex Assis Santos por ter averiguado tal possibilidade, além de procurar outros métodos plausíveis para determinar convergências entre dados que poderiam ser simplesmente aleatórios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INAF BRASIL 2018: Resultados preliminares**. [s.l.] Ação Educativa; Instituto Paulo Montenegro, 2018. Disponível em: <[https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018\\_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares\\_v08Ago2018.pdf](https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf)>. Acesso em: 7 jan. 2021.
- ACEMOGLU, D. et al. From Education to Democracy? **American Economic Review**, v. 95, n. 2, p. 44–49, maio 2005.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty**. New York: Crown Publishing Group, 2012.
- ARRETCHE, M. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. 1ª ed. São Paulo: Unesp/CEM, 2015.
- BESLEY, T. J.; PANDE, R.; RAO, V. **Political Selection and the Quality of Government: Evidence from South India**. Rochester, NY: Social Science Research Network, 1 ago. 2005. . Acesso em: 12 jul. 2021.
- CAMPANTE, F. R.; CHOR, D. Schooling, Political Participation, and the Economy. **The Review of Economics and Statistics**, v. 94, n. 4, p. 841–859, 1 nov. 2012.
- CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 30 a 50, 12 jun. 1990.
- CASSEL, C. A.; LO, C. C. Theories of Political Literacy. **Political Behavior**, v. 19, n. 4, p. 317–335, 1 dez. 1997.
- CONGRESSO, R. DO. **Nível de Transparência**. Disponível em: <<https://radar.congressoemfoco.com.br/transparencia/senado>>. Acesso em: 7 nov. 2021.
- DEE, T. S. Are there civic returns to education? **Journal of Public Economics**, v. 88, n. 9, p. 1697–1720, 1 ago. 2004.
- FRIEDMAN, W. et al. **Education as Liberation?** Working Paper Series. [s.l.] National Bureau of Economic Research, abr. 2011. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w16939>>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- GLAESER, E. L.; PONZETTO, G. A. M.; SHLEIFER, A. Why does democracy need education? **Journal of Economic Growth**, v. 12, n. 2, p. 77–99, 1 jun. 2007.
- LARREGUY, H.; MARSHALL, J. The Effect of Education on Civic and Political Engagement in Nonconsolidated Democracies: Evidence from Nigeria. **The Review of Economics and Statistics**, v. 99, n. 3, p. 387–401, 1 jul. 2017.
- LIPSET, S. M. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. **American Political Science Review**, v. 53, n. 1, p. 69–105, mar. 1959.
- MARTINEZ-BRAVO, M. The Local Political Economy Effects of School Construction in Indonesia. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 9, n. 2, p. 256–289, abr.



2017.

MCCLAVE, J. T.; BENSON, G.; SINCICH, T. **Estatística para administração e economia**. Tradução: Fabrício P Soares; Tradução: Fernando Sampaio Filho. 10ª Ed. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MILLIGAN, K.; MORETTI, E.; OREOPOULOS, P. Does education improve citizenship? Evidence from the United States and the United Kingdom. **Journal of Public Economics**, v. 88, n. 9, p. 1667–1695, 1 ago. 2004.

MIRANDA, J. P. **Uma Análise dos Modelos de Avaliação de Desempenho Parlamentar**. Brasília: Instituto Legislativo Brasileiro, 2015.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Tradução: Fabio Fernandez. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

POLÍTICOS, R. DOS. **Critérios de avaliação**. Disponível em: <<https://www.politicos.org.br/CriteriosAvaliacao>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

RIBEIRO, V. M.; LIMA, A. L. D.; BATISTA, A. A. G. **Alfabetismo e letramento no Brasil: 10 anos do Inaf**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

ROUSSEAU, J.-J. **Discourse on the Origin of Inequality**. Tradução: Franklin Philip. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2009.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1981.

SCHNEIDER, A. L.; INGRAM, H. **Policy design for democracy**. Lawrence, KS: University Press of Kansas, 1997.

SOUZA, P. H. G. F. DE. **Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec Editora; Anpocs, 2018.

TOCQUEVILLE, A. DE. **A democracia na América**. Tradução, notas: Neil Ribeiro da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1997.

**1 APÊNDICE A – Glossário da Base de Dados**

Gênero	0	Feminino
	1	Masculino